

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTORIA
CURSO DE HISTÓRIA

MARIA CÂNDIDA COSTA LIRA

NÍSIA FLORESTA: A ABOLICIONISTA

NATAL
2007

MARIA CÂNDIDA COSTA LIRA

NÍSIA FLORESTA: A ABOLICIONISTA

Monografia, realizada para obtenção do título
de Bacharelado e Licenciatura em História.

Orientadora: Prof^a. Maria Ferdinanda Soriano
da Cruz.

NATAL
2007

AGRADECIMENTO

Agradeço a realização deste trabalho inicialmente a deus pela oportunidade e pelo privilégio que me foi dado em compartilhar tamanha experiência, ao frequentar este curso, perceber e atender para a relevância de temas que não faziam parte, em profundidade de minha vida

À professora Ferdinanda Soriano, por sua orientação, incentivo, simpatia e auxílio às atividades e discussões sobre o andamento desta monografia de conclusão de curso.

Aos demais professores do departamento de história, por contribuírem para a minha formação acadêmica e a todos que fizeram parte da minha vida durante este período.

À minha família pela paciência em tolerar minha ausência.

DEDICATÓRIA

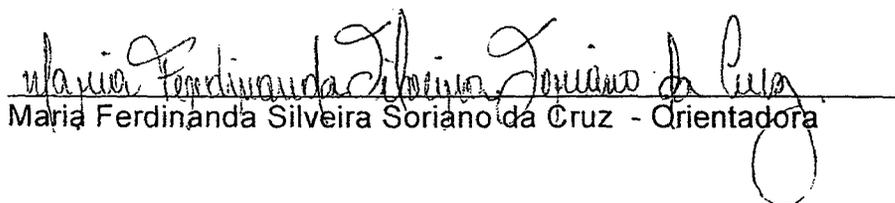
Dedico este trabalho à minha mãe, ao meu esposo e aos meus irmãos.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

MARIA CÂNDIDA COSTA LIRA

NÍSIA FLORESTA: A ABOLICIONISTA

Monografia apresentada pela graduanda Maria Cândida Costa Lira ao curso de História
Bacharelado e Licenciatura em 18 / 06 / 2007 e recebendo a avaliação da
Banca Examinadora constituída pelos professores:



Maria Ferdinanda Silveira Soriano da Cruz - Orientadora

Examinador

Examinador

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	06
1. O MOVIMENTO FEMINISTA NA LUTA CONTRA A ESCRAVIDÃO ATRAVÉS DA IMPRENSA	08
1.1 O MOVIMENTO FEMINISTA AO LONGO DA HISTÓRIA	08
1.2 BREVE PANORAMA HISTÓRICO SOBRE O PAPEL DA MULHER NA SOCIEDADE OCIDENTAL.....	12
1.3 SOBRE O FEMINISMO AO LONGO DO SÉCULO XIX	14
1.4 FEMINISMO DA IGUALDADE E O FEMINISMO DA DIFERENÇA.....	15
1.5 O FEMINISMO DO SÉCULO XIX E SUAS ONDAS NO BRASIL	16
1.6 A LUTA FEMININA ATRAVÉS DA IMPRENSA DO SÉCULO XIX	18
2 A PRESENÇA FEMININA NA LUTA ABOLICIONISTA	22
2.1 CONCEITOS DE ESCRAVIDÃO E ABOLIÇÃO	23
2.2 A CAMPANHA ABOLICIONISTA	24
2.3 A PRESENÇA FEMININA NA LUTA ABOLICIONISTA	29
2.4 A MULHER NEGRA NA LUTA ABOLICIONISTA	33
3 NÍSIA FLORESTA, ABOLICIONISTA: SUA OBRA	40
3.1 BREVE HISTÓRIA DE NÍSIA FLORESTA	40
3.2 FORMAÇÃO, INFLUÊNCIAS E CRÍTICAS	45
3.3 POSTURA DE NÍSIA FLORESTA A ESCRAVIDÃO	49
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	55
ANEXOS	59

INTRODUÇÃO

A condição feminina, por longas décadas foi entendida e tratada de forma opressora e universal. Os papéis femininos eram encarados numa dimensão a-histórica, o que empurrava as mulheres para espaços míticos, sacralizados, onde exerciam misteres apropriados, alheias a fatos e ausentes da história. A reconstrução dos papéis sociais femininos, como mediações que possibilitem a sua integração na globalidade do processo histórico de seu tempo, parece um modo promissor de lutar contra o plano dos mitos, normas e esteriótipos. Apenas há algumas décadas a historiografia nacional vem se voltando à reconstrução da memória de grupos sociais marginalizados do poder, o que vem favorecer o resgate social das mulheres.

A produção historiográfica voltada para o estudo da mulher limita-se em sua maioria, à abordagem de feitos pioneiros, orientadas por concepções feministas, não havendo, portanto, a preocupação explícita de analisar a figura feminina enquanto agente ativo, integrante na construção do processo de evolução e transformação da sociedade em que está inserida.

Compreendendo a importância da mulher no resgate da memória e da história social de um povo, a presente pesquisa objetiva contribuir para a reconstrução e compreensão de quem era a mulher do século XIX e como figuras como Nísia Floresta contribuíram para este resgate.

Por se tratar de um trabalho inédito, a pesquisa apresenta limitações no que diz respeito ao trato direto com as fontes. O reduzido material existente sobre a presença da mulher na luta abolicionista e sobre a escritora Nísia Floresta, não permitiu um recorte espacial mais específico e optou-se por um âmbito nacional.

O recorte temporal utilizado, será o século XIX quando ocorreram várias revoltas contra o poder constituído, de Norte a Sul do Brasil, de caráter separatista como a Confederação do Equador; a Revolução Farroupilha; a Conjuração Baiana entre outros.

Formando o contexto político, social e econômico, que contribuirá para o desenvolvimento da campanha abolicionista, que resultará na abolição da escravidão em 1888; também contribuiu para as primeiras escritoras publicarem seus artigos,

crônicas e livros; fundarem jornais e revistas voltadas para a luta dos ideais femininos, como educação, direito ao voto e o fim da escravidão. O século XIX também será o recorte espacial em que Nísia Floresta surgiu, desenvolveu-se e afirmou-se como personalidade. Destacando-se por sua singularidade em pensar e defender publicamente idéias revolucionárias para a época, a humanista NÍSIA Floresta foi plural: educadora, escritora, abolicionista, indianista, feminista, defensora da liberdade de culto e do ideal republicano.

Particularmente quatro trabalhos foram usados como suporte teórico: o livro a história das mulheres do Brasil, organizada por Mary del Priore, aborda de maneira bastante abrangente as transformações que a condição feminina vai passando, nas várias regiões do Brasil, desde os primórdios do período colonial até o século XX, o que vem colaborar, fornecendo subsídios necessários à construção da contextualização das mudanças ocorridas no aspecto social e familiar da mulher. Uma segunda obra utilizada foi Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil. De Robert Conrad, que contribuirá para o entendimento do movimento abolicionista e das forças sociais, políticas e econômicas envolvidas neste processo. Duas obras biográficas sobre Nísia Floresta serão de fundamental importância para compreensão sobre o seu posicionamento frente à questão da escravidão e do feminismo : História de Nísia Floresta, de Aduino da Câmara; e Nísia Floresta Vida e Obra de Constância Lima Duarte.

Buscaremos analisar a participação feminina na luta abolicionista no âmbito nacional, através dos três capítulos deste trabalho, abordando no primeiro o movimento feminista ao longo da história e sua luta contra a escravidão através da imprensa. No segundo abordaremos a presença feminina na luta abolicionista; o terceiro capítulo analisará o pensamento de Nísia Floresta acerca da escravidão através de sua obra e de seus biógrafos.

Através deste estudo, espera-se contribuir para que o referido tema, possa ser melhor conhecido, mesmo tendo consciência da escassa bibliografia espera-se levar a uma reflexão sobre o assunto e se possível ensejar novos estudos na área. O presente trabalho justifica-se por ser de grande importância, porque irá procurar mostrar a face abolicionista de Nísia Floresta pouco conhecida e explorada.

CAPÍTULO I - O MOVIMENTO FEMINISTA NA LUTA CONTRA A ESCRAVIDAO ATRAVÉS DA IMPRENSA

Nas últimas duas décadas, houve uma produção considerável de pesquisadoras e militantes feministas no sentido de recuperar e fortalecer a presença de mulheres na construção da história, resgatando, principalmente, os elementos constitutivos do feminismo enquanto experiência histórica das mulheres.

Feminismo poderia ser compreendido em um sentido amplo, como todo gesto ou ação que resulte em protesto contra a opressão e a discriminação da mulher, ou que exija a manipulação de seus direitos civis e políticos, seja por iniciativa individual ou de grupo.

1.1 O MOVIMENTO FEMINISTA AO LONGO DA HISTÓRIA

A trajetória de evolução da situação da mulher no Brasil percorreu diferentes caminhos, partindo da reivindicação de uma educação igualitária, que teve Nísia Floresta como um de seus maiores ícones, atingindo dois momentos cruciais, passando pela conquista do voto em 1932 e pela inserção da mulher no mercado de trabalho.

Um breve panorama histórico sobre o papel da mulher na sociedade ocidental faz-se necessário para contextualizar historicamente a construção do papel da mulher na sociedade ocidental. Para esse intuito, recorreremos a um levantamento bibliográfico sobre alguns autores que discorreram sobre o tema.

Segundo Simone de Beauvoir (1967), desde o início da humanidade devido ao privilégio biológico, os homens se afirmaram como soberanos sobre as mulheres. São eles que escolhem a posição social que elas irão ocupar no interior da sociedade. É na transição da sociedade matriarcal para a sociedade patriarcal, que o homem afirma a sua superioridade sobre a mulher.

Ainda, Simone de Beauvoir recorre a um estudo feito por Levi-Strauss, em seu livro *As estruturas elementares de parentesco*, a respeito das sociedades primitivas para afirmar que a sociedade sempre foi estruturada no sentido masculino. Na sociedade matriarcal, a mulher tinha uma posição social mais elevada. Mas é bom observar que a presença de uma mulher como chefe em uma tribo, não significaria ser a soberana nesse lugar. Para Levi-Strauss, mesmo numa sociedade desse tipo, a mulher sempre estará sob a responsabilidade dos homens.

A sociedade matrilinear serve para mediar os direitos das mulheres em relação aos dos homens, e não para ser uma detentora desses direitos.

Retomando Beauvoir, qualquer tipo de sociedade têm uma tendência para o patriarcado, porque sua evolução leva o homem a se conscientizar e a impor sua vontade. O homem em nenhuma época da história, abriu mão do poder que lhe fora atribuído pela sociedade. (Simone de Beauvoir- *O segundo sexo*).

O debate em torno da história das mulheres tem sido um dos temas centrais no interior dos grupos feministas, a inclusão da mulher no campo da historiografia dá-se em meados dos anos 60, quando um grupo de historiadores (as) propõe uma (re)leitura da presença da mulher na sociedade a partir do desenvolvimento de um novo referencial epistemológico capaz de superar o modelo dominante do conhecimento; basta ressaltar que este está baseado na visão androcêntrica, branca e rica que, fundamentalmente, constrói uma idéia de sujeito universal da história. Neste sentido, as mulheres têm se tornado invisíveis na história do pensamento e do desenvolvimento humano ou, quando muito, a sua aparência externada pelo olhar do (a) historiador(a) é muitas vezes carregada de valores que nada mais fazem senão encobrir a face oculta da realidade da condição das mulheres na sociedade. (Scott, 1992; Soihet, 1998).

Era necessário, segundo este movimento, a ruptura com os princípios que, até então, nortearam a história da humanidade; ao mesmo tempo, propunha a visibilidade social de uma perspectiva do ser mulher; a discussão em torno da reação da mulher, apenas como resposta à opressão ou de sua passividade frente a sociedade patriarcal. Estas questões foram bastante discutidas até 1970:

[...] Em oposição à história "miserabilista" – na qual se sucedem "as mulheres espancadas, enganadas, humilhadas, violentadas, sub-remuneradas, loucas enfermas", emergiu a mulher rebelde. Viva e ativa, sempre tramando, imaginando mil astúcias para burlar as proibições, a fim de atingir os seus propósitos. (Soihet: 1997, 278).

Em torno desse campo de debate, agrupam-se diversas tendências e perspectivas metodológicas que, em última instância, refletem a definição de um sujeito feminista.

A historiadora Joan Scott utiliza o termo movimento para se referir à história das mulheres, no sentido de que essa história deve ser abordada como algo dinâmico, criativo, com grande poder de articulação e, acima de tudo, com estreita ligação com o político. Onde a conexão entre história feminina e política é ao mesmo tempo óbvia e complexa. A narrativa convencional do campo política/feminismo é o ponto de partida, situado nos anos 60, quando as ativistas reivindicavam uma história que estabelecesse heroínas, prova da atuação das mulheres, e explicações sobre a opressão e inspiração para a ação.

[...] A história deste campo não requer somente uma narrativa linear, mas um relato mais complexo, que leve em conta, ao mesmo tempo, a posição variável das mulheres na história, o movimento feminista e a disciplina da história, a narrativa da história das mulheres é sempre uma narrativa política (Scott, 1992).

A história das mulheres significa, acima de tudo, uma releitura da história social. Não mais, apenas focaliza as mulheres no exercício do trabalho, da política, no terreno da educação, ou dos direitos civis, mas também introduz novos temas na análise, como a família, a maternidade, os gestos, os sentimentos, a sexualidade e o corpo, entre outros. (Soihet, 1997).

Reivindicar a importância das mulheres na história significa necessariamente ir contra as definições de história e seus agentes já estabelecidos como “verdadeiro”, ou pelo menos, como reflexões acuradas sobre o que aconteceu (ou teve importância) no passado (Scott, 1992).

A história das mulheres representa, assim, uma possibilidade concreta de ampliação dos limites de nossa memória do passado (Soihett, 1997).

Nessa perspectiva, essa história tem profunda relação com a história do feminismo, como expressão singular da construção da identidade coletiva das mulheres. A trajetória da história do feminismo possibilita uma visão das várias formas de opressão sobre as mulheres e as estratégias do movimento feminista para enfrentá-las ou eliminá-las e o debate teórico /político no interior do pensamento feminista em torno da constituição do seu sujeito.

O ponto de partida da construção da história feminina como campo da história social, a partir de sua relação orgânica com o feminismo, estabeleceu um conjunto de parâmetros e a formulação da categoria “mulheres”. Isso ao mesmo tempo que possibilitou a concepção da mulher enquanto um ser com identidade política foi extremamente significativo para a visibilidade da oposição das identidades sociais homem/mulher, que, durante quase um século, norteou tanto o campo da política quanto da história com essa perspectiva teórica o feminismo assumia o debate diferencialista, destacando a relação entre os sexos a partir do fundamento do patriarcado como principal categoria da análise da opressão das mulheres, principalmente¹ entre as feministas mais radicais¹.

O contexto social do desenvolvimento dessas discussões, os anos 60, foi marcado por uma conjuntura de fortes conflitos, rebeliões, revoluções e questionamentos da ordem vigente; a centralidade dessas discussões se situava na possibilidade da construção histórica de uma identidade feminina como produto de uma construção social, que o movimento feminista (ou a mulher individualmente) busca ao longo da história.

¹ Defendiam o patriarcado como a organização hierárquica da sociedade que se perpetua através do matrimônio, da família e da divisão sexual do trabalho. Esse Sistema de poder está fundamentado mas na biologia do que na história ou na economia.

1.2 UM BREVE PANORAMA HISTÓRICO SOBRE O PAPEL DA MULHER NA SOCIEDADE OCIDENTAL

Na antiguidade, o lugar social ocupado pela mulher foi distinto conforme a sociedade: na Babilônia, as leis de Hamurabi reconheciam alguns direitos para como a herança. Na Pérsia devia obediência de forma absoluta ao marido. Já no Egito, a mulher parecia gozar de maiores prerrogativas sociais: a unidade religiosa e social é formada pelo casal; a mulher é companheira e complementar do homem, os seus direitos são vinculados aos do homem, a mesma força jurídica; herda e tem bens. No contexto da cultura greco-romana podemos citar que em Atenas a mulher vivia trancada em seus aposentos, subordinados a uma disciplina rígida, dependia do poder do tutor, pai ou marido, ou herdeiro do marido, ou na ausência destes, do Estado, através de funcionários públicos. A mulher era uma semi-escrava. Ela não era livre para reclamar. Somente em Homero² ainda há reminiscências do período heróico, no qual as mulheres tinham algum poder.

Esparta era a única cidade em que a mulher era quase igual ao homem, no que diz respeito aos seus direitos. A educação era igual para homens e mulheres, a esposa não ficava trancada em casa.

É a luta entre a família e o Estado que define a história da mulher em Roma, após a morte de Tarquínio³, o direito patriarcal se consolida: a propriedade agrícola, a propriedade privada e a família eram a célula da sociedade. A mulher era vista como parte do patrimônio da família, não tendo garantias quanto aos seus direitos na sociedade.

Na Idade Média, a mulher dependia do pai e do marido de forma absoluta. As leis a protegiam, no sentido em que ela era propriedade do homem e mãe de seus filhos. Porém no contexto cultural, a mulher possuía alguns privilégios: nas aldeias ela participava das assembleias dos habitantes, fazia parte das reuniões primárias para a eleição dos deputados aos Estados Gerais.

² Poeta Grego autor da *Ilíada* e *Odisséia*.

³ (534 a.c 509 a.c) Sétimo e último Rei de Roma, conhecido como "O soberbo" matou o sogro Sérvulo Túlio para apoderar-se do trono romano.

Ainda nesta época, os direitos privados das mulheres não são reconhecidos devido ao não reconhecimento de sua capacidade política. A mulher não poderia dominar um feudo, porque não teria condição de defendê-lo. A situação se modifica quando o feudo passa a ser hereditário e patrimoniais devido a isso no século XI o feudalismo aceita a sucessão feminina.

Porém na transição para a história moderna, os hábitos feudais foram desaparecendo, ocorre a influência do direito romano restringindo os poucos direitos que as mulheres tinham na idade média, em ações públicas legais.

No século XVII as mulheres conseguem distinguir-se no campo intelectual da sociedade, dedicando-se as atividades culturais como as artes e as letras. No decorrer desse período, elas conseguem se tornar relativamente independentes, em sua atividade profissional e na vida privada, pois conseguem adentrar em campos antes restritos ao universo masculino – da literatura à política, do teatro à corte.

No século XVIII, a liberdade e a independência da mulher tem um crescimento. Os hábitos continuam rígidos: a jovem é educada com severidade; seu destino era o casamento ou o confinamento em um convento, sem direito de opinião sobre seu destino. A burguesia que estava crescendo e solidificando sua existência como classe privilegiada, impõe à esposa uma moral severa. No entanto o ideal democrático e individualista do século citado é a favor das mulheres e suas emancipações continuam crescendo.

Diferentemente da época do antigo regime, na qual a mulher das classes trabalhadoras tiveram maior independência como sexo – podiam ter um comércio e autonomia no trabalho; faziam parte da produção fabricando roupas; trabalhavam nas casas ou em pequenos negócios. Devida a independência material, as mulheres tinham maior liberdade de hábitos e uma fluidez maior na estrutura da sociedade.

No decorrer do século XIX, a jurisprudência reforçou a severidade do código, não permitindo à mulher o direito de ir a público em busca de seus bens, reservando-a somente a esfera familiar.

1.3 SOBRE O FEMINISMO AO LONGO DO SÉCULO XIX

Em ações simultâneas em vários países, as feministas apresentavam ao mundo a sua cara e os seus desejos. Através do tempo, se deu a expressiva movimentação das feministas nos EUA, em São Francisco, na década de 60, que se, despojaram dos seus sutiãs em praça pública e, com eles de um modelo de feminilidade que recusavam; a articulação das mulheres na França com o lançamento do manifesto das mulheres famosas, entre elas Simone de Beauvoir, onde assumiam que realizaram aborto e sugeriam ao Estado as suas condenações; eram comuns as manifestações das militantes feministas que tentavam impor à dinâmica dessas organizações, questões relativas ao papel revolucionário do movimento feminista no interior dos partidos políticos e organizações de esquerda européias. Na sua maioria dotado de ousadia e radicalismo como foi o caso do Partido Comunista Francês que determinava o que as mulheres deveriam ler e as impediam de discutir seus próprios livros como resposta. Ironicamente as mulheres se organizaram e foram lavar roupas nos chafarizes públicos, o que causou um grande escândalo. (Haug. 1999,48).

A década de 1960 foi, portanto, um momento de grande significância para a construção e legitimação do feminismo no interior da sociedade mundial. Foi uma época marcada por mobilizações em defesa dos direitos das mulheres e pela superação de sua condição de opressão e subordinação em viviam. O eixo mobilizador da década foi a revolta a condição de opressão das mulheres em suas expressivas e múltiplas semelhanças.

A 2ª onda do feminismo, os anos 70, na Europa e E.U.A⁴, está fortemente presente a idéia da identidade feminina como construção social e do papel do feminismo como elemento de desconstrução e reconstrução do ser mulher, incluindo-se uma crítica à teoria marxista⁵ e a teoria da psicanálise Freudiana⁶. A decretação do

⁴ No Brasil, dada a particularidade de os anos 70 estarem envoltos no processo de ditadura militar, a maioria das militâncias feministas participavam de organizações de esquerda, atuando na clandestinidade.

⁵ Substituição do capitalismo pelo patriarcado como sistema opressor.

⁶ Ao encerrar seus estudos sobre a feminilidade, Freud lembra-se que esteve descrevendo a mulher até então, na medida que a sua natureza é determinada por sua função sexual e, que o mesmo apresenta-se incompleto e fragmentado.

ano internacional da mulher pela ONU, em 1975, faz parte, do conjunto de estratégias definidas, visando ao monitoramento e à aliança com setores do movimento feminista.

Com o movimento de mulheres nos anos 70, surge uma nova mulher brasileira, que sai para as ruas defendendo os seus direitos e necessidades, e que expressam as injustiças através de denúncias das desigualdades sociais, as quais elas são uma das protagonistas principais.

1.4 O FEMINISMO DA IGUALDADE E O FEMINISMO DA DIFERENÇA

Os anos 80 correspondem a 3ª onda do feminismo e são marcados por uma forte ofensiva no sentido das conquistas legais iniciada em meados de 1975 com a decretação do ano internacional da mulher, caracterizou um processo divisor de águas no feminismo.

Percebe-se neste período duas principais tendências no movimento feminista: o feminismo da igualdade e o feminismo da diferença; o feminismo da igualdade propõe que a base da igualdade de direitos na sociedade está na destruição das relações sociais de gênero vigente e que, portanto a tarefa do feminismo é a desconstrução desse paradigma e a reconstrução de novas relações sociais.

O feminismo da diferença pressupõe, em sua base teórica, a idéia de que as mulheres devem reafirmar a sua diferença com os homens, revalorizando a sua feminilidade e garantindo espaços onde as diferenças de gênero sejam valorizadas e reconhecidas. O feminismo nos anos 80 também marcam a luta pelas eleições diretas, e em 1983 lutam também pela criação dos conselhos das mulheres, somente criados na gestão do presidente José Sarney. Os conselhos nacionais tinham como principal função a orientação das mulheres para lutar dentro dos órgãos políticos.....

Atualmente a representatividade política das mulheres em luta está atribuída, em nível nacional, à Federação Nacional de Mulheres; tal órgão tem uma ação voltada para promover os direitos das mulheres na sociedade preocupando-se inclusive com questões econômicas, como a empregabilidade da mulher.

À nível estadual, os fóruns de mulheres congregam instituições compostas dos movimentos de mulheres. No nosso estado (RN), o fórum de mulheres têm vínculos com 18 instituições que trabalham com a questão da mulher, como a Delegacia de Defesa da Mulher.

Dois fatos fundamentais que ultrapassam toda a década de 80, foram marcantes para a presença dos movimentos sociais no Brasil contemporâneo: as crises na economia e a inflação crescente, que delas decorre, e a abertura política, ambos afetando e mobilizando as classes médias e a classe trabalhadora.

1.5-O FEMINISMO E SUAS ONDAS NO BRASIL DO SÉCULO XIX

O feminismo foi um movimento legítimo que atravessou várias décadas, e que transformou as relações entre homens e mulheres. Suas vitórias mais radicais tornaram-se parte do nosso dia-a-dia como freqüentar a universidade, a inserção no mercado de trabalho e na política, etc.

Na contra mão do feminismo veio o anti-feminismo que transformou a imagem da mulher feminista em feia, machona, mal amada e por medo desta rejeição, de ficarem "mal vistas" muitas mulheres que lutavam em nome do feminismo recusaram este título.

A primeira onda do feminismo no Brasil vem de fora, sofreu influência estrangeira, no caso brasileiro, Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885) publica o primeiro livro, intitulado *Direito das Mulheres e Injustiça dos Homens em 1932*, é também o primeiro no Brasil a tratar do direito das mulheres à instrução e ao trabalho, e a exigir que elas fossem consideradas inteligentes e merecedoras de respeito. Nísia floresta declarou ter feito uma tradução livre do livro de Mary Wollstonecraft "*Vindications of yhe Rights of Woman*, (reivindicações dos direitos da mulher), este livro de Nísia Floresta pode também ser entendido como o livro que fundou o feminismo no Brasil.

No século XIX, as mulheres brasileiras viviam presas a antigos preconceitos e imersa numa rígida indigência cultural sem direito à instrução, apenas em 1827 são

aberta as primeiras escolas, até então as opções eram uns poucos conventos que guardavam as moças para o casamento, raras escolas particulares em casa das professoras ou o ensino individualizado, essas mulheres, enfrentaram a opinião corrente que mulher não precisa saber ler e escrever, publicaram livros e escreveram para jornais no início do século XIX.

O segundo momento do feminismo no Brasil foi considerada por Constância Duarte (*Literatura e Feminismo no Brasil*) mais jornalística e menos literária. Por volta de 1870, existiu um enorme número de jornais e revistas de feição nitidamente feminista, editadas em várias partes do país, dos quais tratarei detalhadamente no final deste capítulo.

Atualmente os movimentos das mulheres mantêm diversas metas a serem conquistadas: questões da saúde da mulher, como planejamento familiar, o controle da natalidade, prevenção e tratamento de mulheres com AIDS, equiparidade salariais, luta pelo fim da violência contra a mulher, etc.

Também a discussão da aplicabilidade e regulamentação dos direitos constitucionais que favorecem a mulher, consiste numa preocupação atual para tais grupos. Além disso, tem-se procurado combater com firmeza o sexo turismo, a prostituição infanto-juvenil, e o estupro, reivindicando as punições cabíveis por lei, como a lei Maria da Penha⁷, Também é proposto um debate sobre a educação sexual, levando em conta as questões de igualdade de gênero, de forma que a idéia de superioridade do homem perante a mulher não se perpetue nas futuras gerações.

Apesar de suas muitas posições radicais e idealistas, o feminismo, como vimos, contribuiu significativamente na conquista de um espaço social e político da mulher na sociedade, abrindo espaços para uma ação mais efetiva no combate à injustiça e desigualdade de gênero.

⁷ Lei 11.340/06, sancionada pelo Presidente Lula- reconhece de forma inédita, que a violência contra a mulher pode ocorrer entre pessoas do mesmo sexo, e em quaisquer casos onde haja vínculos afetivos entre a vítima e o agressor. As agressões deixaram de receber penas brandas como pagamento de cestas básicas, elevando para três anos de reclusão e anulando a necessidade de flagrante.

1.6 A LUTA FEMININA ATRAVÉS DA IMPRENSA DO SÉCULO XIX

Durante o século XIX, modificações lentas não irão alterar profundamente as estruturas do Brasil porém desde o final do século anterior, o Brasil colônia vivia um processo de integração às transformações do mundo ocidental. A estrutura da sociedade já era mais complexa e turbulenta, havia modificação na base produtiva e no crescimento demográfico. A transferência da corte portuguesa em 1808 para o Rio de Janeiro, trouxe reformas como a abertura dos portos e o livre comércio que abriram caminho para a independência em 1822. Houve reformas na cidade e novos hábitos se impuseram, notadamente o hábito pela leitura; romances e novelas franceses e ingleses do século XVIII e a novidade dos folhetins chegam ao Rio de Janeiro.

Abolicionistas e admiradoras das idéias européias liberais, as primeiras mulheres escritoras no Brasil, enfrentaram, além dos preconceitos políticos a discriminação sexual.

Muitas foram as mulheres que se destacaram nesta época, apesar de todo preconceito e todo o sentimento com relação ao papel que deveriam desempenhar na sociedade do século XIX.

A primeira legislação autorizando a abertura de escolas públicas femininas data de 1827, até então as opções eram uns poucos conventos, que guardavam as meninas para o casamento, eram raras as escolas particulares que funcionavam nas casas das professoras, e foram aquelas primeiras e poucas mulheres que tiveram uma educação diferenciada, que tomaram para si a tarefa de estender benesses do conhecimento às demais companheiras, abriram escolas, publicaram livros, enfrentaram a opinião corrente que dizia que mulher não necessitava saber ler nem escrever, Zahidé Muzart (*História da Literatura, Teorias e autores, 2003*) afirma:

[...] no século XIX, as mulheres que escreveram, que desejaram viver da pena, que desejaram ter uma profissão de escritoras, eram feministas, pois só o desejo de sair do fechamento doméstico já indicava uma cabeça pensante e um desejo de subversão. E eram

ligadas à literatura. Então, na origem, a literatura feminina no Brasil esteve ligada sempre a um feminismo incipiente.

O nome que se destaca neste período é Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885), que teria sido uma das primeiras mulheres no Brasil a romper os limites do espaço privado e a publicar textos em jornais da chamada “grande imprensa” no Brasil, publicando no jornal *Espelho das brasileiras* -1838 em Recife, uma série de artigos sobre a condição feminina.

Na primeira metade do século XIX, houve vários jornais dedicados às mulheres: *O Espelho Diamantino* (Rio de Janeiro, 1827); *O Espelho das Brasileiras* (Recife, 1831); *A Fluminense Exaltada* (Rio de Janeiro, 1832) de Paula Brito e outros. Porém todos fundados e dirigidos por homens.

Em meados do século XIX, começam a surgir os primeiros jornais dirigidos por mulheres. Para os críticos da época era uma imprensa secundária, inconsistente e supérflua, pois, destinava-se ao segundo sexo.

Em 1852, foi lançado no Rio de Janeiro o jornal feminino *Jornal das Senhoras*, de Joana Manso de Noronha, o primeiro jornal fundado e dirigido por uma mulher, era editado aos domingos e tinha como subtítulo “modas, literatura, belas artes e crítica”; o primeiro número do editorial expõe o firme propósito de incentivar as mulheres a se ilustrarem e a buscarem um “melhoramento social e a emancipação moral”. Assim como Nísia Floresta, Joana Manso também acusava os homens de egoísmo por considerarem as mulheres apenas como “crianças mimadas” ou “sua propriedade”, acreditava na inteligência feminina e queria convencer a todos que “Deus deu à mulher uma alma e a fez igual ao homem e sua companheira”. O pioneirismo do “*jornal das senhoras*”, e suas colaboradoras tímidas e anônimas, representou, um decisivo passo na longa trajetória da mulher em direção a superação de seus receios e conscientização dos seus direitos.

Em 1862, no Rio de Janeiro, foi publicado o jornal “*o belo sexo*” da escritora Júlia de Albuquerque Sandy Aguiar, a novidade deste periódico é que as colaboradoras eram incentivadas a assinarem seus trabalhos, pois foi bastante comum, no início do século XIX as escritoras adotarem um pseudônimo para encobrirem a identidade para serem

aceitas pelo público, como Dionísia Pinto Freire que, assinava como Nísia Floresta; ou como Maria Benedicta Bourmann que assinava seus contos e crônicas como “Délia”, ou então “uma Maranhense” que era o pseudônimo de Maria Firmina dos Reis. As colaboradoras do jornal “*o belo sexo*” pertenciam a classe alta da sociedade e faziam questão de divulgar que o lucro da venda do periódico era destinado a uma instituição de caridade para órfãos, a Imperial Sociedade amante da Instrução; a escritora e editora Júlia de Albuquerque Sandy Aguiar, declarava ter conhecimento da sua iniciativa e tinha uma crença inabalável na capacidade intelectual da mulher.

Após 1850, surge um espantoso número de jornais e revistas nitidamente feminista, editados no rio de Janeiro e outras partes do país.

Entre tantos editorias que surgiram no século XIX, principalmente na segunda metade, citamos: *O Espelho Diamantino* (Rio de Janeiro 1827); *Jornal de Variedade* (Recife 1827); *Espelho das Brasileiras* (Recife 1838); *Relator de Novelas* (Recife 1838); *O Jornal das Senhoras* (Rio de Janeiro 1852); *O Belo Sexo* (Rio de Janeiro 1862); *o jornal das famílias* (1862); *O Domingo* (1873); *Eco das Damas* (1879); *A Mãe de Família* (1879); *A Mulher* (1881); *O Quinze de Novembro Feminino*(1889); *A Violeta*(1900).

Ao lado de notícias sociais, comentários sobre modas, festas, receitas e outros informes que interessavam às mulheres da época, multiplicam-se os artigos reivindicatórios da educação cultural para as mulheres, da libertação para os escravos, a cada número parecia alargar o leque das preocupações dos periódicos que refletia o alargamento das questões de interesse de suas leitoras. A imprensa e a literatura no século XIX, foi uma importante forma das mulheres imporem sua presença, enquanto sujeito pensante e atuante da sociedade e levarem à público suas reivindicações e a luta por sua emancipação. Os jornais femininos, publicados durante o século XIX tiveram um importante papel, cada um a seu tempo e em sua cidade, na formação de consciências e como testemunha das transformações ocorridas na vida das mulheres brasileiras, pois estes periódicos estimularam e disseminaram as novas idéias a respeito das potencialidades femininas e criaram condições para que as mulheres alargassem seus horizontes e pudessem vislumbrar a utopia feminista de um mundo igualitário.

A importância da imprensa feminina do século XIX na formação de uma literatura e de um ensaísmo feminino, vem sendo reconhecida pelos estudos da área e constitui forte tendência da pesquisa sobre a mulher na literatura.

CAPÍTULO II - ANALISAR A PRESENÇA FEMININA NA LUTA ABOLICIONISTA

Ao falar-mos de escravidão é difícil não pensar nos portugueses, espanhóis e ingleses que superlotavam os porões de seus navios com negros trazidos da África, colocando-os à venda de forma desumana e cruel por toda a América. Porém a escravidão é bem mais antiga de que o tráfico de africanos, ela vem desde os primórdios de nossa história, quando os povos vencidos em batalhas eram escravizados por seus conquistadores. Muitas civilizações utilizaram e dependeram da mão-de-obra escrava para a execução de tarefas pesadas e rudimentares.

A escravidão no Brasil teve início com a produção de açúcar na primeira metade do século XVI; os portugueses transportavam os negros nos porões dos navios negreiros em péssimas condições, muitos morriam durante a viagem tendo o corpo atirado ao mar, Joaquim Nabuco reporta um discurso de Euzébio de Queiroz em 1852 na câmara dos deputados:

[...] que a maior parte desses infelizes (os escravos importados) são ceifados logo nos primeiros anos, pelo estado desgraçado a que os reduzem os maus tratos da viagem, pela mudança de clima, de alimentos e todos os hábitos que constituem a vida (Nabuco,2000,p.46).

Chegando ao Brasil eram vendidos para as fazendas de açúcar, café e para as minas de ouro (a partir do século XVIII). Trabalhavam de sol a sol, habitavam as senzalas, em péssimas condições de higiene e iluminação e eram constantemente castigados, sendo o açoite o meio mais utilizado; eram proibidos de praticar sua religião de origem africana ou de realizar festas e quaisquer rituais africanos, deveriam professar a fé cristã, imposta pelos portugueses e adotar a língua portuguesa. Mesmo com tantas proibições e restrições os negros não deixaram sua cultura desaparecer, realizavam seus rituais escondidos ou fundindo as duas culturas.

Na Luta pela abolição durante o século XIX, verificamos que esta desenvolveu-se de diversas formas e contou com inúmeros(as) personagens.

O presente capítulo busca resgatar parte da vida e da obra de algumas das muitas mulheres que fizeram parte da luta abolicionista, mostrando como elas desejaram fazer-se ouvir e se rebelaram contra o “papel natural” de confinadas à vida doméstica que a sociedade patriarcal lhes reservara, utilizando-se da escrita, do jornalismo, de sua condição social, de sua profissão ou de artifícios considerados nada nobres, como Chica da Silva, que se popularizou em nossos dias como uma mulher imoral por usar da sensualidade para obter o que desejava.

2.1 CONCEITOS DE ESCRAVIDÃO E ABOLIÇÃO

7

Escravidão é coerção, para configurarmos um trabalho como escravo, necessitamos invariavelmente do conceito objetivo de obrigatoriedade contra a vontade, sendo o trabalhador forçado a executar suas tarefas sob ameaça de punição caso não as cumpra.

A escravidão é, portanto, um conceito objetivo atrelado a moral, independe dos sofismas e eufemismos que legisladores de plantão resolvam aplicar. Ela pode ser permitida por lei, como já o foi no passado (durante os quatrocentos anos de escravidão vigente no Brasil), ou exercida à margem da lei, como o é atualmente. mas isso nada altera sua definição básica de caracterizar-se pela supressão da liberdade de escolha individual.

O conceito de abolição vem do latim *Abolere*, destruir, fazer cessar, suprimir. Começa por significar remissão, perdão (*abolito sententiae*) e absolvição de um crime. Alarga-se à extinção de uma situação legal, de um regime ou de um privilégio. Difere de abdicação, porque esta tem origem em mera decisão pessoal, equivalendo à anistia, enquanto perdão dado antes de um julgamento.

Nos finais do século XVIII liga-se a abolicionismo, um movimento social tendente à revogação da escravatura e à luta contra o tráfico de negros. Com o sentido de supressão de um processo, a palavra é usada na constituição de 1976 quando se

estabelecem os princípios da abolição de todas as formas de imperialismo, colonialismo e agressão: exploração e opressão do homem pelo homem.

2.2 A CAMPANHA ABOLICIONISTA

A abolição foi o primeiro grande movimento nacional de caráter inequivocamente político, expressando a tendência ao desenvolvimento das cidades nas diversas regiões do país, o crescimento do comércio e da indústria ainda incipiente. Também não conseguiu escapar da dispersão, criando uma clivagem entre o movimento político burguês mais moderado da cidade do Rio de Janeiro, sede do governo, e o movimento revolucionário em lugares como o interior do estado de São Paulo e do estado do Rio de Janeiro onde se concentravam os escravos de propriedade dos cafeicultores.

A partir do século XIX a escravidão no Brasil passou a ser contestada pela Inglaterra. Interessada em ampliar seu mercado consumidor no Brasil e no mundo. Em 1831, por pressão inglesa, acabou sendo assinado um acordo internacional proibindo o tráfico de escravos para o Brasil. No entanto, maior foi a pressão dos grandes comerciantes e latifundiários escravistas, que eram forças hegemônicas no Estado Nacional nascido em 1822 e por isso a lei jamais foi aplicada, sendo ironicamente considerada uma "lei para Inglês ver"; em 1845, o parlamento Inglês aprovou a *Lei Bill Aberdeen*, a lei que autorizava sua marinha a apreender navios negreiros e julgar os traficantes. todos os navios suspeitos passaram a ser interceptados.

Em 1850 foi aprovada a Lei Euzébio de Queiroz que pôs fim de forma definitiva ao comércio infame de escravos; sobre esta lei Nabuco explica: "à vista da espantosa mortalidade dessa classe, dizia-se que a escravatura, uma vez extinto o viveiro, inesgotável da África, iria sendo progressivamente diminuída pela morte, apesar dos nascimentos (Nabuco,2). Em 7 de novembro de 1831, um decreto emancipou os africanos que aqui haviam entrado ilegalmente, porém os fazendeiros tudo fizeram para que esta lei também ficasse no papel; em torno destes casos se travou uma acirrada luta jurídica e política na qual se destacou o eminente advogado negro Luís Gama, que

começou uma luta solitária em São Paulo pela libertação dos escravos na década de 1850, Fundou a primeira Sociedade Abolicionista, tornou-se líder da juventude republicana que estudava no Largo São Francisco; após sua morte, um de seus seguidores Antônio Bento criou, sobre a base de luta política do poeta, um movimento militante de grande significado na fase final da campanha abolicionista, conhecido como os Caifazes.

À partir da segunda metade do século XIX, a luta abolicionista adquiriu maior amplitude e ganhou parcelas da população. Acuado, o parlamento imperial aprovou, em 28 de setembro de 1871, a Lei do Ventre Livre que deu liberdade a todos os filhos de escravos nascidos a partir daquela data. Nabuco critica a forma como a lei foi feita "seja dito incidentemente, foi um passo de gigante dado pelo país. Imperfeita, incompleta, impolítica, injusta e até absurda, como nos parece hoje, essa lei foi nada menos que o bloqueio moral da escravidão; a sua única parte definitiva e final foi este princípio: "ninguém mais nasce escravo". Tendo tudo o mais nessa lei, ou foi necessariamente transitório, como a entrega desses mesmos ingênuos ao cativo até os vinte e um anos; ou incompleto, como o sistema de resgate forçado; ou insignificante, como as classes de escravos libertados: ou absurdo, como o direito do senhor da escrava à indenização de uma apólice de 600\$000 pela criança de oito anos que não deixou morrer; ou injusto, como a separação do menor e da mãe, em caso de alienação desta. Isso quanto ao que se acha disposto na lei; quanto ao que foi esquecido o índice de omissões não teria fim. apesar de tudo, porém, o simples princípio fundamental em que ela se assenta basta para fazer dessa lei o primeiro ato de legislação humanitária de nossa história (Nabuco,33).

No início da década de 1880 a campanha abolicionista ganhou novamente as ruas e adquiriu maior dimensão com a criação da *Sociedade Brasileira Contra a Escravidão* fundada por José do Patrocínio, Joaquim Nabuco, João Clapp, José Rebouças e outros, inspirada na *British and Foreign Society for the Abolition of Slaver*. Como produto da luta na sociedade, começou a ser editado o jornal *O Abolicionista* e no mesmo ano surge um jornal mais radical a *Gazeta da Tarde* do abolicionista negro Ferreira de Menezes; as Sociedades abolicionistas surgiram por todas as províncias e antecipou a emancipação da escravidão em algumas delas, como o Ceará (1883) e a

cidade de Mossoró(1883) na província do Rio Grande (Conrad,232). Em 1881, a *Gazeta da Tarde* passa a pertencer a José do Patrocínio, abolicionista radical que estará sempre à frente da campanha popular na imprensa, publicando em seu jornal discursos inflamados como:

[...] O dia amanheceu sacudido por uma ventania rija. Temos pois, certeza de que por nenhum modo chegarão ao trono imperial as nossas palavras [...]

[...] a verdade é esta: o imperador quer manter por longos anos inimigos em face um do outro, o senhor e o escravo, matar um pelo outro. Ao escravo, ilude a esperança afetando simpatia pela sua sorte... ao senhor, ele contenta nomeando ministérios que, não tendo força para reprimir a propaganda da abolição, tem-na, entretanto, para incitar os proprietários à violência e ao crime contra seus escravizados, e as populações a comunhão pacífica da barbaria. O resultado é fácil de prever, a desorganização geral do trabalho, a morte absoluta da iniciativa política, o dismantelo completo da administração, a ruína finalmente do país, e portanto da dinastia [...]

[...] o país fique certo, que não conseguirá nada com o seu clamor. O trono é surdo... (Patrocínio,pg 95/96/97).

Em 1885 o parlamento imperial aprovou a Lei do Sexagenário que libertava os escravos com mais de sessenta anos, mas os obrigava a trabalhar compulsoriamente por mais três anos e a residir no município por cinco anos.

De um lado o Estado escravista tentou manobrar com uma legislação de fundo reformista-conservador; de outro, endureceu a legislação contra os abolicionistas radicais. Ampliou a pena de prisão para os que organizassem fugas de escravos e estabeleceu multas pesadas aos que dessem coberturas para escravos fugitivos. Por outro lado, os abolicionistas criaram uma ampla frente envolvendo escravos, a pequena-burguesia urbana, a jovem burguesia industrial, setores da burocracia de Estado e os caifazes, movimento abolicionista radical criado em São Paulo; esta organização representa uma mudança na qualidade do movimento que havia se transformado de movimento de agitação e propaganda de imprensa em um movimento revolucionário que colocava a abolição no terreno do rompimento de fato com o regime

político Imperial. Em relação ao movimento de agitação nas duas últimas décadas antes da abolição é a demonstração de que este vai crescendo e passando à ação revolucionária para sublevar massas contra os donos de escravos e o Estado. Esta organização seqüestrava os escravos nas fazendas, os escondia no famoso quilombo do Jabaquara com intenção de descerem a serra do mar e serem transferidos para um dos Estados onde já não havia escravidão. Ao mesmo tempo os abolicionistas faziam discursos conciliatórios que terminariam com José do Patrocínio beijando os pés da princesa em agradecimento pelo decreto da Lei Áurea, [...] não terá a coroa aliado mais leal, nem mais dedicado, enquanto se comportar, como até agora, que, ainda malferida pelo combate à escravidão, se atira à campanha da terra e da autonomia local [...] (18 de maio - Patrocínio, 174), a esquerda abolicionista republicana dirigida pelos irmãos Lacerda, em Campos, Rio de Janeiro, organizando fugas de escravos e incendiando fazendas, impulsiona um verdadeiro levante de escravos que coloca em xeque o próprio regime político e que levou a completa desorganização da produção nas fazendas: "não só o trabalho estava sendo desorganizado, mas a concentração de fugitivos em Santos também representava um 'grave e eminente perigo para a ordem pública e a propriedade' (...), e no interior das forças armadas, no entanto, já não eram capazes ou não estavam dispostos a deter os fugitivos" (Robert Conrad, *Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil*). Os fazendeiros escravistas resistiram quanto puderam, se organizaram nos clubes de lavoura e passaram a formar milícias armadas para combater os abolicionistas. Jornais foram empastelados e militantes foram agredidos e mortos

A campanha abolicionista, longe de se constituir em uma seqüência de atos parlamentares dirigidos por figuras do partido liberal como Joaquim Nabuco, teve como eixo as tendências revolucionárias presentes na situação que se combinavam para reivindicar a república e o fim da escravidão e que uniam a pequena burguesia republicana e as classes populares da cidade aos negros nas fazendas. A Lei Áurea foi aprovada em regime de urgência diante do desenvolvimento revolucionário da situação e das suas repercussões no interior das forças armadas, que não queriam mais fazer o papel de capitão-do-mato. A aliança estabelecida no interior do partido republicano entre a esquerda, o centro burguês e os latifundiários que abandonavam o segundo

reinado é a demonstração das profundas debilidades da burguesia democrática para levar a cabo uma verdadeira revolução democrática no país.

A campanha abolicionista desenvolveu-se em duas frentes distintas: a primeira dentro da assembléia, com projetos e discussões, aprovação de leis, avanços e recuos em torno da abolição; Foi na legislatura de 1879, que pela primeira vez, se viu dentro e fora do parlamento um grupo de homens fazer da emancipação dos escravos, a sua adesão à política, a condição preliminar da sua adesão a qualquer dos partidos. Uma segunda frente surgiu em 1880 quando a assembléia coincidiu com uma onda de abolicionismo popular, com Conferências abolicionistas, realizadas com intenção de popularizar cada vez mais a luta pela abolição e arrecadar fundos para a compra de alforrias. Robert Conrad, descreve uma destas reuniões em *Os Últimos Anos da Escravatura*: "Estas reuniões eram caracterizadas por um bem intencionado entusiasmo burguês. A oratória era precedida por intervenções literárias e números musicais, despertando o zelo dos participantes pouco a pouco. Ocasionalmente, um escravo recebia sua liberdade, o que dava ao público uma possibilidade de ver as pessoas que se beneficiavam de suas doações" (Conrad,1978,p.182).

A libertação dos escravos não ocorreu por decisão voluntária dos fazendeiros paulistas. Muito menos foi uma dádiva da família imperial. Ela foi fruto de uma grande luta popular que envolveu diretamente os próprios escravos. A lei que aboliu definitivamente a escravidão foi assinada em 13 de maio de 1888.

Abolir a escravidão foi um grande passo na construção da nacionalidade, ela permitiu que o país desse mais um passo no sentido do desenvolvimento capitalista; no entanto, como ela não foi acompanhada de leis protetoras do trabalhador emancipado, acabou mantendo a população negra liberta numa situação de miséria e longa de poder integrar-se à sociedade brasileira enquanto cidadãos, alguns abolicionista compreenderam estes limites por isso apresentaram a proposta de uma reforma agrária, como complemento necessário da reforma servil. Assim pensavam Nabuco, Patrocínio e Rebouças (Conrad,1978,p.335).

2.3 PRESENÇA FEMININA NA LUTA ABOLICIONISTA

As reuniões abolicionistas organizadas no Rio de Janeiro durante a segunda metade de 1880 eram encontros alegres e exuberantes. Com um entusiasmo burguês, talento e falta de dinheiro elas eram semanais e aconteciam no teatro São Luiz. Uma dessas conferências mostra claramente a participação da mulher na luta abolicionista de forma ativa e não apenas como expectadora, trata-se da última conferência descrita em pormenores no jornal *Gazeta da Tarde*, entre as atrações da reunião estavam as irmãs América e Maria Clapp, executando ao piano a valsa de Carlos Gomes, "Paulo e Virgínia", um "juvenil esforço em favor dos que gemem nos ferros do cativo". E no mesmo artigo sobre a reunião, "uma interpretação pela senhora Angelina Aciolli de "uma difícil phantasia da *Aída*". porém será através da escrita e da imprensa a forma mais eficaz que as mulheres encontraram para se expressar na luta abolicionista e para reivindicar seus direitos. Um traço comum à boa parte dessa imprensa era não se ater apenas aos temas da culinária, da etiqueta e da moda, mas desenvolver o espírito de valorização e emancipação das mulheres. Os conteúdos foram evoluindo ao longo do tempo, tornando-se cada vez mais contundentes. A principal bandeira, de início, foi à defesa do acesso das mulheres à educação; queriam aprender álgebra, português, geografia, ciências. Já no final do século XIX, os temas se alargam, e estas escritoras ousaram, através de seus jornais, defender o fim da escravidão, o divórcio, a queda da monarquia e o voto feminino. Na década de 1870, vão se tornando comuns libelos e comentários de mulheres, algumas discursavam em praça pública e outras artistas davam espetáculos visando à emancipação dos escravos.

O século XVIII foi o século da revolução Francesa e do Positivismo, que influenciaram nas Américas, acentuando e trazendo um caráter mais revolucionário às mudanças políticas e sociais. A Revolução Francesa exportou as ideais burguesas da "Igualdade, Fraternidade e Liberdade". E o positivismo resultou sendo, na sociedade brasileira, a primeira doutrina de amplo alcance cultural, na qual se propugnava um papel afirmativo da mulher como agente social (embora reservando à elas ofícios específicos e adequados à "natureza feminina"). Fatos como a independência (1822), a

abolição da escravatura (1888) e a proclamação da república (1889) foram influenciados por este contexto.

As primeiras organizações de mulheres criadas no Brasil tinham a causa abolicionista como seu tema central, esta ligas de mulheres para libertar escravos surgiram primeiramente em São Paulo, mas outras surgiram no Rio de Janeiro, por volta de 1870, e nas diversas províncias. Uma delas foi à sociedade das senhoras libertadoras (As Cearenses Libertadoras/1882), lideradas por Maria Tomásia Figueira, Elvira Pinho e Maria Correia do Amaral, que percorriam o interior fundando associações e promovendo atos pela luta abolicionista.

- No ano de 1873, é fundado o primeiro jornal Feminista, *O Sexo Feminino* com o objetivo de defender a educação da mulher. Durante a campanha abolicionista, participaram de sociedades abolicionistas, ora simplesmente angariando fundos, ora escrevendo panfletos, ora proferindo palestras, como é o caso da pernambucana Amélia de Queiroz, que em 1887 faz conferência e mais tarde colaborará no jornal *A Família* (São Paulo, 1888).

O surgimento de sociedade e ligas femininas abolicionistas demonstra um tipo de iniciativa pública organizada que substituía, segundo Norma Telles (Telles,415), para as mulheres de classe alta, as anteriores atividades filantrópicas. As Amazonenses Libertadoras foi a associação fundada em 1884 por mulheres brancas da elite de Manaus. As principais lideranças foram Elisa Faria Souto, Olímpia Fonseca e Filomena Amorim. A escravidão no Amazonas ocorreu em 1887, um ano antes da Lei Áurea.

.Francisca Edwirges Neves Gonzaga – Chiquinha Gonzaga Foi à primeira compositora da música popular brasileira e a primeira maestrina, a compositora e pianista, dedicou-se também às campanhas abolicionistas e republicanas, vendia suas músicas de porta em porta e, com o dinheiro obtido, libertou o escravo Zé da Flauta. Após a abolição da escravatura, compôs um hino em homenagem à princesa Isabel, protestava em locais públicos, utilizando-se do seu prestígio para propagar a idéia. Chiquinha Gonzaga utilizou a sua arte contra a escravidão.

Utilizando a imprensa e a escrita para lutar contra a escravidão, Nísia Floresta publicou no Jornal *O Brasil Ilustrado* no ano de 1885, durante nove edições do jornal – de 14 de março a 30 de julho – artigos sobre a escravidão que ocupou a seção

intitulada variedades, ao lado de charadas, enigmas e revista da quinzena. Na crônica da escravidão - "páginas de uma vida obscura" – existe a intenção de realizar um texto útil para o leitor refletir sobre o problema da escravidão, das péssimas condições em que viviam os escravos e, até, mudar-lhe a opinião.

Maria Firmina dos Reis, professora, poetisa de romances que tratam da relação entre brancos e índios, publicou também *'Úrsula'* em 1859, em São Luiz (Maranhão), que pode ser considerado como o primeiro romance abolicionista escrito por uma mulher no Brasil. O romance anuncia uma nova postura da mulher diante de problemas sociais, denunciando, uma perspectiva abolicionista, os horrores do escravismo; mesmo que o enredo siga o padrão romântico, de amor, incesto e morte, a autora avança ao defender certos valores como legitimar a rebelião do filho bacharel contra o pai tirano, a pretensão de casar-se com uma jovem sem dote e sua amizade por um escravo. E avança também quando atribui uma personalidade forte ao escravo. Nascida em São Luís do Maranhão é considerada por alguns autores como a primeira romancista brasileira, colaborava em jornais com poesias e contos. Ela fez da literatura um instrumento de denúncia da escravidão, mostrando o quanto sua existência era contraditória com a fé professada pela sociedade. Procurou ressaltar a superioridade moral do negro que conseguia preservar sua humanidade e sentimentos elevados ainda que na condição degradante de escravo.

Em Narcisa Amália de Oliveira Campos, encontraremos uma escritora que recebeu críticas severas por publicar, em 1872, em volume intitulado *Nebulosas*, idéias liberais, abolicionistas, democráticas e republicanas.

Maria Benedicta Bourmann que assim como Nísia Floresta também fez uso de pseudônimos e adotou "Delia", o tema de seus livros, artigos e crônicas, defende as propostas da "nova mulher" profissão, realização dos desejos, naquele momento em voga na Europa e Estados Unidos, sem aceitar o casamento como única solução de vida e felicidade. A escritora também abolicionista, tem participação incisiva e defende que a escravidão era uma página negra que não estava encerrada. Diz que os intitulados barões do império, os baronatos da época da guerra do Paraguai "serviam de recompensa aos indivíduos que tiravam os pobres negros da enxada das fazendas ou do serviço doméstico, todos marcados pelo azorrague, pondo-lhes a farda às

costas". (Telles,435). Para "Délia" a abolição era uma outra forma de explorar os negros e pede: 'justiça para as mulheres, para o escravo e para a sociedade'.(aqui a autora refere-se a abolição para os escravos que lutaram no Paraguai).

As damas da corte participaram da luta abolicionista, como Madame Avelar e Cecília, Condessa da Estrela, companheiras fieis da princesa Isabel e abolicionistas da gema. Afirma o historiador Eduardo Silva, em artigo publicado em maio de 2007; intitulado "*As camélias do Leblon e a Abolição da Escravatura*". A princesa Isabel também escondia fugitivos em Petrópolis. Temos sobre isso o testemunho insuspeito do grande abolicionista André Rebouças, que tudo anotava em sua caderneta implacável, só assim podemos saber hoje com dados precisos que no dia quatro de maio 1888, quatorze africanos fugitivos jantaram no palácio de Petrópolis. Conforme anotou Rebouças as vésperas da abolição final, já subiam mais de mil os fugitivos 'acolhidos' e 'hospedados' sob os auspícios de Dona Isabel. André Rebouças, o intelectual negro de maior prestígio da época, fazia a ponte entre o esquema de fuga montado pela princesa, em Petrópolis, e o alto comando do movimento abolicionista, Joaquim Nabuco, João Clapp, José do Patrocínio.

Após a abolição, José do Patrocínio através do *Jornal Cidade do Rio* (1887-1889), a 14 de setembro de 1888, publica um artigo em resposta ao Sr. Silva Jardim por sua crítica à republicanos abolicionistas que ajoelharam-se aos pés da monarquia após a assinatura da Lei Áurea, a 13 de maio de 1888:

[...] "O que fez a princesa regente? Ainda, sob o ministério Cotegipe, ela, a santa, a meiga mãe dos cativos, dava à propaganda abolicionista tudo quanto podia: as abundâncias de piedade de seu coração. Seus filhos os pequenos príncipes, nos seus jornaizinhos glorificavam a propaganda abolicionista, enquanto ela, a princesa, debaixo de chuva e aos estampidos do trovão esmolava pelos cativos, e quando voltava ao palácio repartia um pedaço do seu manto de rainha com os escravos foragidos, que iam implorar-lhe proteção.

Este artigo de Patrocínio oferece subsídios para comprovar que a princesa Isabel era abolicionista e participava da luta, em uma recente descoberta de uma carta da princesa para o Visconde de Santa Vitória* que reafirma esta posição:

[..] “com o apoio dos novos deputados e os amigos fieis de papai no senado será possível realizar as mudanças que sonho para o Brasil!”.

[..] “quero agora dedicar-me a libertar as mulheres dos grilhões o cativo doméstico. e isto será possível através de sufrágio feminino, se a mulher pode reinar também pode votar!”

O jornal da cidade de Petrópolis, publica em 12 de fevereiro de 1888: “Batalha de flores no carnaval de Petrópolis marca adesão da princesa Isabel, exercendo a regência” ; em primeiro de abril de 1888: “princesa Isabel participa do ato da libertação coletiva dos escravos em Petrópolis”; “quatro escravos fugidos almoçam no palácio Imperial de Petrópolis – Rio de Janeiro, quatro de abril de 1888”.

2.4 A MULHER NEGRA NA LUTA ABOLICIONISTA

As mulheres negras sofreram duplamente com a escravidão, primeiro por ser escrava, segundo por ser mulher e negra. Embora os senhores de engenho utilizassem, esta mão-de-obra, principalmente para trabalhos domésticos. Cozinheiras, arrumadeiras e até mesmo como ama de leite, também trabalhavam na lavoura e eram forçadas a atender aos desejos do senhor e, por conseguinte sofrer as consequências das sinhas por esta preferência; foram comuns naqueles tempos da colônia e do império as mulheres se rebelarem contra o regime de escravidão e maus tratos e lutarem pela abolição da escravatura, como foi o caso de Aquilina – avó de Zumbi dos Palmares. Princesa do Congo que chegou ao Recife como escrava, vendida como

* Carta completa no anexo.

reprodutora, Aqualtude organizou a fuga dos escravos, indo para o quilombo dos palmares, por causa de sua origem nobre assumiu o governo. No quilombo dos Palmares, as mulheres tinham um papel fundamental, que envolvia coragem, espírito de luta e de resistência aos colonizadores.

Quando os traficantes invadiam as tribos africanas em busca dos negros, estas tribos tinham uma sociedade com camadas sociais bem definidas, o que tornou bastante comum encontrar escravos alegarem ser descendentes de reis, como Anastácia. Os poucos dados concretos sobre Anastácia dão conta de que era filha de uma princesa e um comerciante português, a princesa Anastácia, como era chamada, viveu em Minas Gerais, na fazenda de seu pai, ajudava os escravos quando eram castigados, ou facilitando-lhes a fuga; de Anastácia ficou a imagem de mulher de rara beleza, personalidade forte, que tinha consciência da injustiça e crueldade da escravidão. Durante dois anos Anastácia foi abrigada a usar uma mordação de ferro na boca, que era tirada apenas para alimentar-se, para impedir que pregasse sobre liberdade e contra as violências e maus tratos a que estavam submetidos os escravos.

Outra líder foi tia Ana, escrava que liderou revolta ocorrida em uma fazenda no Ceará em 1835. Indignada pelos violentos castigos impostos a uma velha escrava que cuidava dos enfermos, aproveitou da ausência do proprietário – o fazendeiro português conhecido como marinheiro Chico- para atacar a casa grande e atear-lhe fogo.

Entre as várias rebeliões que ocorreram no século XIX na Bahia encontramos a Luíza Mahin tornou-se livre em 1812, pertencia à nação nagô-jeje, da tribo Mahin daí o seu nome, fez de sua casa quartel general de todos os levantes escravos que abalaram a Bahia nas primeiras três décadas do século XIX. Na revolta de 1830, estava grávida de Luís Gama, que teve com um português e que se tornaria poeta, e um dos maiores abolicionistas do Brasil. Luíza envolveu-se nas articulações que levaram à revolta dos Malês[1], como ficou conhecida a maior revolta entre tantas ocorridas na Bahia, Luíza aproveitava-se de seu ofício de quitandeira, para despachar mensagens escrita em árabe para outros rebelados, valendo-se de meninos para levar bilhetes.

Os líderes do movimento foram perseguidos, presos e brutalmente castigados, mas Luíza conseguiu fugir para o Rio de Janeiro, onde continuou a luta pela liberdade de seu povo.

Anos mais tarde Luís Gama escreveu sobre sua mãe:

[...] Sou filho natural de negra africana, livre, da nação nagô, de nome Luíza Mahin, pagã, que sempre recusou o batismo e a doutrina cristã, minha mãe era baixa, magra, bonita, a cor da pele de um preto retinto sem lustro, os dentes eram alvíssimos, como a neve. Altiva, generosa, sofrida, vingativa. Era quitandeira e laboriosa".(*Cartilha da Mulher Negra*).

Em 1824 eclodiu uma das mais violentas insurreições de negros mulçumanos em Salvador. A base da insurreição eram as armações – estabelecimentos de pesca – a idéia era sublevar os escravos que trabalhavam nestes locais, estendendo o movimento a todo o recôncavo baiano. Francisca e seu companheiro Francisco da cidade, ambos escravos, desempenharam o papel de coordenar o levante, a pretexto de custear os batuques e festas de suas crenças, Francisca coletava dinheiro entre os escravos (*Cartilha da Mulher Negra*) e percorriam as armações e povoações articulando a insurreição e fazendo a intermediação entre o centro da cidade e as armações. Para receber e transmitir instruções aos companheiros. A rebelião foi sufocada e seu companheiro Francisco da cidade foi deportado para uma prisão na África, não se tem notícias do destino de Francisca.

As mulheres negras utilizaram várias formas de luta contra a escravidão, usando de seu ofício e até de sua sensualidade como foi o caso de Francisca da Silva de Oliveira - Chica da Silva. A sua verdadeira história que viveu e morreu no Arraial do Tijuco (MG), traça o perfil de uma mulher de personalidade e líder feminina, algo difícil em época marcada pela discriminação, primeiramente por ser mulher, e principalmente negra em um país escravocrata.

Chica da Silva era uma das poucas escravas que sabia ler e escrever supõe-se que era filha de uma escrava com um senhor, foi liberta a pedido do contratador de diamantes João Fernandes de Oliveira. Tinha o poder de dominar os poderosos com

sua astúcia, era conhecida como “Chica que manda”, pois todos os pedidos feitos ao contratador teriam que passar pelo seu crivo. Logo após sua alforria já era proprietária de um sobrado e alguns escravos, mostrando que procurava inserir-se no mundo livre do Arraial, incorporando seus costumes e adquirindo o necessário para se fazer respeitada. Chica da Silva educou suas filhas no recolhimento de Macaúbas, melhor educandário da região, na época, reservado apenas para moças ricas. Uma das coisas que mais a incomodou era suas filhas não poderem exercer cargos importantes na comunidade, por não ter ‘sangue puro’.

O mito de Chica da Silva se popularizou em nossos dias. É conhecida como uma mulher imoral que usava da sensualidade para conseguir regalias que desejava. Isto nada mais é do que o estereotipo do papel das mulheres na sociedade colonial construída segundo à partir do século XIX pelos próprios historiadores, na verdade sua trajetória foi de luta para tentar diminuir o estigma que a cor e a escravidão lhe impuseram.

A escrava Adelina, nascida no Maranhão participou ativamente na campanha abolicionista da capital maranhense São Luís; sabia ler e escrever e, aos dezesseis anos, já freqüentava os comícios e passeatas da sociedade abolicionista de rapazes, o clube dos mortos. Consciente de sua causa, Adelina passou a utilizar seu trabalho para colaborar com os abolicionistas; vendia charutos fabricados por seu pai, o que facilitava seu acesso a todas as residências de São Luís. Funcionando como informante do clube dos mortos, passando os planos secretos de perseguição aos escravos para os companheiros abolicionistas.

Também Bradina, proprietária de uma pensão na antiga rua setentrional, hoje praça da república, embora de origem humilde, usava o ganho de seu trabalho para dar comida, fumo e remédios aos negros que se refugiavam na Baixada santista. Atuante no movimento abolicionista de Santos, na segunda metade do século XIX, colaborando ativamente com os cabos abolicionistas e com Santos Garrafão, líder do quilombo Santos Garrafão um dos maiores de Santos. A personalidade forte e destemida, além da qualidade de protetora tornou Bradina uma das personagens mais queridas entre os negros quilombolas da Baixada Santista.

Na luta da mulher contra a escravidão americana abolida anteriormente ao Brasil luto Sojourner Truth que nasceu na escravidão, em Nova Iorque por volta de 1797. Seu nome de batismo era Isabella Van Wagner. Pertenceu a vários donos até ser liberta em 1827 ano em que o *New York State Emancipation Act* (lei de emancipação do estado de Nova Iorque) libertará todos os escravos naquele estado.

A primeira luta de Sojourner Truth foi para recuperar um de seus cinco filhos que havia sido vendido como escravo ilegalmente para um escravocrata sulista, com a ajuda de amigos quakers, ela ganhou esta batalha judicial. Sojourner começou a falar nos comícios abolicionistas no Norte, onde a burguesia apoiava a causa da libertação dos escravos e, apesar de analfabeta, conseguia reunir multidões para ouvi-la falar, devido à sua personalidade carismática e, conforme testemunhas da época, enorme qualidade como oradora. A causa abolicionista tornou-se a forma concreta de sua missão moral, após ouvir vozes e ter visões, as quais acreditava serem de Deus, que a orientava a peregrinar pelo país pregando a fraternidades entre os homens e o fim da escravidão.

Durante a guerra civil americana (1861-1865) Sojourner Truth trabalhou para ajudar os batalhões de negros que compunham o exército do Norte. Após a guerra, o presidente Abraham Lincoln designou-a como conselheira na *National Freedmen's Relief Association* para ajudar os negros libertos em Washington. Após a guerra civil, continuou fazendo campanha em defesa de emprego e educação para os negros que saídos de séculos de escravidão, eram atirados ao mercado de trabalho capitalista.

Em 1850, Sojourner Truth, participará da 1ª convenção nacional dos direitos da mulher em Worcester, Massachusetts, um dos principais centros do sentimento abolicionista nos E.U.A, foi a única mulher negra presente na convenção. A ex-escrava tornou-se uma militante do movimento pelos direitos da mulher com a mesma energia e eficiência com que fizera no movimento abolicionista.

Sojourner é mais destacada figura feminista da luta abolicionista, Norte-americana até o fim da sua vida, participaria da luta das mulheres Norte-americanas pelos direitos feministas. O texto do seu discurso, um verdadeiro poema em prosa *Ain't a waman* (não sou uma mulher?) tornou-se uma fonte de inspiração para um grande número de mulheres negras no E.U.A.

Em 1875 já velha abandonou a sua longa e intensa atividade política em defesa dos negros e das mulheres e retirou-se para a cidade de Battle Creek, Michigan, onde permaneceu até a sua morte em 26 de Novembro de 1883.

A abolição da escravidão no Rio Grande do Norte ocorreu primeiro em Mossoró em consequência do processo abolicionista ocorrido no Ceará (1883), à esta época o comércio era a principal atividade econômica, diminuindo a necessidade de mão-de-obra escrava. Com isso a abolição não afetaria a economia local. A fundação da Sociedade Libertadora Mossoroense (1883), do *Jornal Mossoroense* (1872) aliado a maçonaria viabilizou a abolição em 30 de setembro de 1883.

Em dezembro de 1882, chegou a Mossoró, vindos do Ceará, o casal Romualdo Lopes Galvão e Amélia Dantas de Souza Melo Galvão (dona sinhá), conduzindo uma mensagem da Maçonaria de Fortaleza à Loja "24 de Junho", para não perderem tempo e levarem a efeito a grande batalha cívica em favor da raça negra (Galvão, 1999p.11). Porém não há registros da presença feminina na luta, ela se deu através de mobilização bastante forte na cidade. Sem se discutir se houve ou não mobilização pela libertação dos escravos – a autora do livro "*A liberdade é lilás*", destaca a atuação de Amélia Galvão como um elo para o início do processo que hoje é um feito histórico relevante da história de Mossoró: a abolição dos escravos. Segundo a autora, Amélia Galvão, foi uma das mulheres que organizaram o "Clube de Mulheres pela Abolição"; mas o que tem no museu sobre ela é que ela foi responsável pelo bordado do estandarte. "na verdade ela se envolveu na luta abolicionista e sempre esteve presente desde que se fundou a loja maçônica, a Liga Abolicionista. Era a única mulher que estava presente, mesmo que ela tivesse sido levada diante de seu casamento com Romualdo Galvão, mas ela conseguiu se colocar enquanto sujeito e se destaca como "mulher abolicionista" afirma. Sabe-se que até hoje as reuniões são restritas aos homens dentro da maçonaria porém foi Amélia Galvão quem trouxe o que eles chamam de "prancha", uma espécie de carta da maçonaria do Ceará para a Maçonaria de Mossoró, reforçando a luta pela abolição.

"O Ceará foi a primeira província a fazer a abolição e em seguida vem o Rio Grande, com Mossoró, então considero isso uma legitimidade da presença dela, porque

ela tinha estudado no Ceará, tinha consciência política numa época em que as mulheres estavam distantes destas discussões” Afirmam a autora Telma Gurgel.

CAPITULO III NÍSIA FLORESTA, ABOLICIONISTA: SUA OBRA.

3.1 Breve História de Nísia floresta

No século XIX, uma Norte-rio-grandense saiu da pequena vila imperial de Paparí, distante 38 Km de Natal, e chegou aos salões da intelectualidade francesa. Ousada e destemida, Nísia Floresta (1810-1885), rompeu com todos os paradigmas do comportamento feminino do século XIX, e marcou seu nome na história, como escritora, abolicionista, indianista, educadora e defensora da emancipação feminina, numa época em que as mulheres viviam “trancadas em casa sem nenhum direito; quando o ditado dizia que “o melhor livro é a almofada e o bastidor”. A educação estava voltada para os deveres de mãe e esposa.

Dionísia Gonçalves Pinto nasceu em 12 de outubro de 1810¹, filha do advogado português Dionísio Gonçalves Pinto Lisboa e da brasileira Antônia Clara Freire, no sítio Floresta em Paparí (RN). Recebeu o nome do pai, como era costume na época. Aduato da Câmara, em *História de Nísia Floresta*, conjectura que interesses de sua profissão de advogado o levaram de Pernambuco, onde residia para a província do Rio Grande do Norte, onde fez um casamento próspero, visto que D. Clara Freire “natural da mesma capitania, pertencente a família abastada, antiga, branca e de bom conceito, cujos domínios territoriais se estendem por Goianinha, Penha, Arez e Paparí”. (Câmara, 1941,p.15). Deste casamento nascerá além de Nísia, Joaquim Pinto Brasil e Francisca Clara.

Em 1817, em Pernambuco eclode um movimento revolucionário, a Insurreição Pernambucana, que se opunha ao absolutismo monárquico. movimento envolveu as províncias da Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte, a família de Nísia Floresta muda-se para Goiana, pois a bandeira do anti-lusitanismo tremulou forte nos primeiros meses de 1817, alimentando o espírito de revolta entre os nativistas, que passaram a perseguir e atacar os portugueses – ou “marinheiros” – como eram chamados. Dionísio Pinto Gonçalves também foi perseguido por sua origem, cansado de sobressalto ele muda-se para Goiana (PE). Anos mais tarde, Nísia Floresta escreveria sobre estes atribulados dias de sua infância:

[...] "parecia que se ouvia ainda o eco repetir os gemidos das vítimas de 1817 imoladas à vingança de seus dominadores de além-mar, cujo despotismo punia com uma barbárie digna da Idade Média os chefes e os simpatizantes do partido republicano".(Duarte,1995, p.18).

Em 1819, retorna a família de Nísia ao sítio Floresta em Paparí (RN). Porém a Insurreição Pernambucana (1817) foi apenas o princípio de um ciclo de movimento revolucionário nordestinos, outros movimentos viriam sempre com a mesma pretensão, contestar o poder instituído e separar-se do mesmo. 1823, Nísia, então com treze anos, casa-se com Manuel Alexandre Seabra de Melo, filho do capitão-mor José Alexandre Gomês de Melo, rapaz de pouca cultura, porém dono de imensas extensões de terra vizinhas de Paparí, segundo seus biógrafos (Duarte,Câmara,Mariz). Desconhece-se os motivos pelos quais Nísia Floresta abandonou o esposo meses após o casamento, retornando à casa paterna. Adauto da Câmara afirma em *História de Nísia Floresta (1941)*, que ela não casou contra a vontade visto que o pai um "português de espírito adiantado, adorado pelos filhos e que não trazia a mulher aferrolhada em casa, escondida das visitas" (Câmara,1941, p.16) não obrigaria a filha a um casamento. Contradizendo esta afirmação, a escritora Zélia Mariz em sua obra *Nísia Floresta Brasileira Augusta (1982)*, entende que esta separação de Nísia Floresta deve-se "talvez as naturais incompatibilidades de um casamento imposto e de conveniências, aliado às vicissitudes da época revolucionária" (Mariz, 1982,p.24).

Por motivos de perseguições políticas, durante a revolução de 1824, em que a província de Pernambuco inicia um movimento separatista conhecido como confederação do equador, uma insurreição de caráter revolucionário que espalhou-se por outras províncias como Ceará, Paraíba, Alagoas, Sergipe e Rio Grande do Norte, que chegou a esboçar uma confederação republicana do Nordeste, colocando-se como uma das principais expressões da reação contra o centralismo político imposta pela constituição imperial, (suassuna,2002, p.159-160). Foi neste contexto conturbado que a família de Nísia retorna a província de Pernambuco, porém as demonstrações de ódio aos portugueses no Rio Grande do Norte estavam mais violentas, e sobressaltando toda à

família: na obra escrita em 1878, *Fragments d'un ouvrage inédit*, Nísia relembra o terror desta época;

[...] “uma descarga de fuzil atravessando a porta exterior de uma sala onde se encontrava, reclinado num canapé, o pequeno Brasil [irmão de Nísia] passou dez centímetros da cabeça da criança que escapou da morte como por um milagre”, (Constância,1995,p21)

E confirma este período conturbado no livro escrito em 1842 *Conselhos à minha filha*:

[...] em 1824 o horror da guerra civil patenteou-se a meus olhos. Destruindo incontinenti o repouso de meu querido pai! Por vezes vi-o a ponto de sucumbir ao golpe do assassino; por vezes a minha alma tremeu e detestou os homens a cuja maldade sucumbia a inocência e a virtude, nesses calamitosos tempos de horror e de desolação” (Constância,1995,p.21).

Seria a última vez que Nísia viria seu adorado sítio Floresta tantas vezes descrito anos mais tarde em suas obras, sempre em tom de saudade, daquele recanto bucólico, onde se escoaram os primeiros anos de sua infância, viajando pela Europa em uma visita ao zoológico de Bruxelas diante de alguns pássaros brasileiros escreve:

[...]“O canto dos pássaros de nossa pátria, aqui reduzidos à condição de prisioneiros, para servirem, mediante um franco por pessoa, de distração e prazer a uma população estrangeira, tocava melancolicamente meus ouvidos e despertou em meu espírito a lembrança das mais agradáveis paisagens que percorri outrora sob nosso belo céu! A deliciosa Floresta de antigamente, berço de meu nascimento, testemunha de minha inocente felicidade fraterna e de minhas primeiras lágrimas filiais!”[...] (Constância,1995,p.275-276).

Em várias obras ao longo de sua vida Nísia floresta recordará os anos de infância vividos no sítio Floresta de onde partiu em companhia os pais e irmãos em 1824; para residir primeiro em Goiana, depois entre Recife e Olinda, onde o pai de Nísia se dedicará à advocacia. Na noite de 17 de agosto de 1828, Dionísio Gonçalves

Pinto é assassinado nos arredores de Recife, a mando de um tal capitão-mor Uchoa Cavalcanti, os motivos do crime não são claros. Sobre o mandante Nísia escreveria:

[...]” déspota brutal que exercia naquele tempo as prerrogativas de um título já caduco, o qual lhe dava, porém, como a muitos outros, a oportunidade de satisfazer impunemente os ferozes instintos de sua natureza, dissimulava havia algum tempo, seu rancor contra um digno advogado que tivera a coragem de defender a causa de um infeliz pai de família que seu despotismo oprimia, e de enfrentar, com isso, o terror que seu nome inspirava” (Duarte, 1995, p.22)

Através de Adauto da Câmara sabemos que a família Cavalcanti era uma importante família de Goiana, onde Dionísio G. Pinto, residira antes de mudar-se para a capitania do Rio Grande do Norte.

Por esta época Nísia passa a residir em companhia de um acadêmico de direito, Manuel Augusto de Faria Rocha, natural de Goiana, filho do português, Manuel Gonçalves de Faria, agricultor, e da pernambucana Josefa Sofia do Amaral; concluiu o curso de direito na academia de Olinda em 1832, fazendo parte da primeira turma, juntamente com Euzébio de Queiroz e Joaquim Nunes de Machado, a quem Nísia prestará uma homenagem em uma de suas obras “A Lágrima de Um Caeté” (1849). Sua filha Livia Augusta, nasce em 12 de janeiro de 1830, será sua companheira de viagem e sua futura tradutora, e no ano seguinte, 1831, publica seus primeiros artigos no jornal *Espelho das Brasileiras* (Recife), que tratam da condição feminina em diversas culturas. Pertencia ao tipógrafo francês Adolphe Emille de Boisgarim, e no ano seguinte o livreiro publicaria a primeira obra de Nísia Floresta – *Direito das Mulheres e Injustiça dos Homens* – 1832 – que deu a autora o título incontestável de precursora dos ideais de igualdade e independência da mulher em nosso país. É a partir desta publicação que ela passará assinar com seu pseudônimo que revela sua personalidade e opções existenciais: Nísia, diminutivo de Dionísia; Floresta, para lembrar o sítio onde nasceu; Brasileira, afirmação do sentimento nativista; e Augusta, uma homenagem ao esposo Augusto. Neste mesmo ano a família embarca para Porto Alegre, onde residia o irmão de Augusto, o doutor Manuel Antônio Rocha Faria, esta mudança repentina de Recife para Porto Alegre, deu motivos a muitas especulações por parte dos estudiosos de Nísia, uns

acreditam que ela foi obrigada a sair de Pernambuco devido as ameaças que havia recebido de seu primeiro marido, que armado de razões jurídicas estaria prestes a chegar à cidade e disposto a processá-la por abandono de lar e adultério, outros já divulgam a versão que Augusto atendeu ao convite do irmão que lá morava, não sabendo-se ao certo o motivo da mudança. Em Porto Alegre, nascerá o segundo filho do casal, Augusto Américo em 1833, nesse mesmo ano Augusto morre repentinamente, deixando Nísia Floresta viúva aos 23 anos com dois filhos pequenos. Nísia ainda permanecerá por cinco anos em Porto Alegre e se dedicará ao magistério.

No Rio Grande do Sul, Nísia se encontrará novamente em meio a um movimento de caráter separatista, a revolução “farropilha”(1835-1845), que se colocava contra a má administração imperial e aos excessivos impostos sobre o charque, é nesta época que iniciará a amizade entre Nísia Floresta com Anita e Giusepe Garibaldi, o italiano responsável pelo comando da marinha da república Rio grandense, e mais tarde herói da unificação da Itália. Com ele manterá uma correspondência que hoje está desaparecida, em meio a este clima tenso e difícil, para uma mulher chefe de família, tanto assim, que ainda neste ano ela muda-se para o Rio de Janeiro, onde, em 1838 funda o Colégio Augusto que mantém por 17 anos, em cujo currículo ensinava-se latim, caligrafia, religião cristã, aritmética, história, geografia, línguas e gramáticas portuguesas, francesa, italiana e inglesa; música, dança, piano, desenho e trabalhos de agulha. A inauguração foi anunciada no *Jornal do Comércio(RJ)* de 1 de janeiro de 1838:

[...]D. Nísia Brasileira Augusta tem a honra de participar ao respeitável público, que ela pretende abrir no dia 13 de fevereiro, na rua Direita,163, um colégio de educação para meninas, ... haverão igualmente neste colégio mestres de música e dança. Recebe-se alunas internas e externas. A diretora que há quatro anos se emprega nesta ocupação, dispensa-se de entreter o respeitável público com promessas de zelo, assiduidade, e aplicação no desempenho do seus deveres, aguardando a ocasião em que possa praticamente mostrar aos pais de família que a honrarem com a sua confiança pelos prontos progressos de suas filhas, que ela não é indigna da árdua tarefa que sobre si toma...(Câmara,1941,p. 54).

Em 1849, sua filha Lívia Augusta sai a cavalo para visitar o tio Joaquim no Andaraí, leva um tombo do animal e após semanas de recuperação o médico recomenda “uma mudança de ares”, aí está configurada o motivo da primeira viagem de Nísia a Europa, ela embarcou com os dois filhos com destino a Paris em 2 de novembro do corrente ano, na galera Ville de Paris, demora-se na Europa por três anos retornando em 1852. Em agosto de 1855 a mãe de Nísia falece, tornando o mês de agosto funesto para ela; no ano seguinte de 1856, Nísia embarca novamente com a filha para uma segunda temporada na Europa demorando-se 16 anos. Neste período empreenderia várias viagens por diversos países do velho mundo, escrevendo sobre eles e demonstrando conhecimento prévio sobre cada lugar. Falando da história, dos costumes e da sociedade local.

Em 1872, ela virá pela última vez ao Brasil sozinha, pois a filha permanece em Portugal como preceptora dos filhos de uma família amiga. Nísia permanece no Rio de Janeiro até março de 1875, quando retorna a Europa e não mais voltou ao Brasil.

Dez anos após sua última visita ao Brasil, em 4 de abril de 1885, às nove horas da noite, Nísia Floresta Brasileira Augusta morria vitimada por uma pneumonia aos 75 anos de idade. Dias depois, era sepultada num jazigo perpétuo no cemitério de Bonsecours na França.

3.2 FORMAÇÃO, INFLUÊNCIAS E CRÍTICAS.

A falta de registros nos impede de afirmar onde se deu a formação intelectual de Nísia Floresta, acredita-se que foi o pai, Dionísio Pinto, que lhe ministrou as primeiras lições, visto o seu espírito culto. Residindo parte de sua infância em Goiana onde desde o século XVII, havia um convento de Carmelitas com uma rica biblioteca, era neste convento que as moças de famílias abastadas tinham a oportunidade de se iniciar nos estudos clássicos. A pergunta se impõe: teria Nísia nos anos que aqui residiu, freqüentado tais aulas? Provavelmente sim – não havendo registro, não podemos

afirmar, apenas sabemos que em poucos anos ela dominará as línguas italiana e francesa.

Os anos vividos em Goiana, trouxeram a oportunidade de ouvir as primeiras vozes liberais que a marcaria por toda a vida, demonstrada ao longo de sua obra, como no poema *A Lágrima de Um Caeté*, sob o pseudônimo de Telesilla, uma justa homenagem a Nunes Machado, líder da revolução praieira de caráter separatista. Foi neste período que escreveu sua primeira obra, *Direito dos Homens e Injustiça das Mulheres*, uma tradução livre da obra da feminista inglesa Mary Wollstonecraft, nessa mesma época, ela amplia seus conhecimentos, como demonstra seus artigos publicados no jornal *Espelho das Brasileiras*, (Recife, 1831), durante 30 números publicou artigos sobre a condição feminina em diversas culturas antigas. Acreditamos que estas foram suas primeiras influências.

Sua obra sofreu forte influência do romantismo, como afirma Zélia Mariz (*Nísia Floresta Brasileira Augusta*, (1982), a evasão, a fuga em busca de tempos idos, de espaços perdidos, a exaltação do sentimento patrióticos e da natureza, os sonhos incomensuráveis, a valorização da família, do amor, da amizade, a sede de infinito, o misticismo e a religiosidade são temas românticos frequentemente encontrados na obra Nisiana. Sua linguagem subjetiva, é rica em metáforas, hipérboles, antíteses e musicalidade, lembrando os românticos franceses.

Discriminada por sua liberdade de pensamento e idéias arrojadas, por adotar métodos de ensino inovadores e polêmicos, pelas várias bandeiras que defraudou, sobretudo a do feminismo – sendo ela o estandarte primeiro da justa emancipação das mulheres da seu época, Nísia Floresta foi vítima de campanhas difamatórias ao longo da sua vida, boicotes e censuras. Sofreu difamações quando deixou seu primeiro marido, o que contribuiu para reforçar as opiniões desabonadoras que seus conterrâneos passam a emitir a seu respeito ficando na memória popular a fama de “adúltera”, por ousar romper com um casamento que não lhe convinha.

Quando fundou o colégio Augusto no Rio de Janeiro em 1838, não foi bem aceito pelos concorrentes que criticaram: “as audácias da diretora, seu caráter sui júris, suas idéias já conhecidas em prol da reabilitação da mulher, causaram mal-estar entre as rivais assustada, e entre os catões, que aborreciam aquela mulher metida a homem,

pregando a emancipação do seu sexo batendo-se pela extinção da odiosa tirania masculina, escrevendo nos jornais, estigmatizando os senhores escravos, afrontando desassombradamente seculares preconceitos" (Câmara,1941,p.57). ainda no mesmo obra Aduauto Câmara, informa que o *Jornal do comércio* e *O Mercantil(RJ)*, publicaram artigos elogiando a capacidade intelectual da diretora e o perfeito aproveitamento de suas alunas. Estes artigos elogiosos resultaram num surto de pasquinhas sobre a vida particular de Nísia Floresta e sua vida no Norte, e as relações íntimas com um chapeleiro e um sacerdote. Essas críticas eram sempre publicadas na coluna paga dos jornais. As críticas eram dirigidas às propostas educacionais que eram consideradas avançadas e inadequadas para as alunas; na edição de *O Mercantil* de janeiro de 1846, na coluna intitulada Estatística Colegial, encontravam-se comentários preconceituosos sobre os exames finais:

[...]"trabalhos da língua não faltaram; os de agulha ficaram no escuro. Os maridos precisam de mulher que trabalhe mais e fale menos" (Constância,1995,p.35).

No caso do Colégio Augusto as críticas eram, na realidade elogios, pois demonstravam os avanços de suas propostas educacionais e a dificuldade em serem aceitas dificuldades movidas pelo sistema patriarcal e o conservadorismo, em não aceitar que a pedagogia Nisiana partia do pressuposto que as mulheres mereciam um ensino mais profundo como o latim, reservado apenas ao ensino masculino. Quando do lançamento de *A Lágrima de um Caeté*, um poema de 712 versos escrito em 1849, que trata da degradação do índio brasileiro e do drama vivido pelos liberais durante a "Revolução Praieira", um assunto palpitante escrito no calor dos acontecimentos, o governo da época suprimiu partes do livro que denuncia a degradação do índio, espoliado pelo banco colonizador e uma homenagem ao Líder da Revolução Nunes Machado.

Junto com campanhas difamatórias que havia nos jornais e o sucesso de um livro que elogiava uma Revolução contrária aos interesse do imperador eram motivos

suficientes para alguém querer ausentar-se do país. E não faltou quem acreditasse que a saúde da filha de Nísia fosse apenas o pretexto para sair do Brasil. embora a recomendação médica fora por uma mudança de ares.

Entre as calúnias sobre Nísia Floresta está a de foi amante de Auguste Comte, a partir de cartas trocadas entre eles; cartas que reunidas em um livro por Constância L. Duarte poderemos observar que são cartas de cortesia, contendo agradecimentos por remessas de livros, pêsames pelo aniversário de morte de Clotilde de Vaux (esposa de A. Comte), e alusões a doenças e tratamentos. Muito se falou que eram cartas de amor para reforçar os comentários maldosos de alguns conterrâneos. No anexo deste trabalho encontram-se transcrita duas correspondências entre eles. Quanto Auguste Comte faleceu em 1857, Nísia foi uma das quatro mulheres que acompanhou o cortejo fúnebre até o Père Lachaise.

Campanhas caluniosas estavam sendo movidas contra Nísia Floresta. Algumas delas, por ignorância e desconhecimento outras, por mero preconceito, inclusive, de seus próprios conterrâneos como foi o caso da educadora e escritora Isabel Gondim (1839-1933), que, a partir da segunda metade do século XIX, encarregou-se de divulgar boatos, já existentes em Papará, sobre as maldições que associavam ao nome de Nísia. Um século depois de sua morte, 1985, da primeira contestação pública de Isabel Gondim, uma outra conterrânea de Nísia, a jornalista e escritora Socorro Trindad, afirmou publicamente que Nísia Floresta teria sido uma puta erudita, "Socorro Trindad pecou por cultivar um mito, reforçando todo o estigma votado à Nísia embora reconhecesse que para desvendar um mito é preciso desvendar sua maldição" (Nathalie Câmara, 2003). Ora quem conhece a vida e a obra de Nísia Floresta sabe muito bem que nada tem de maldita.

3.3 POSTURA DE NÍSIA FLORESTA FRENTE A ESCRAVIDÃO

Nísia Floresta foi enaltecida, por muitos dos seus comentaristas, como escritora de talento, distinguindo-se como poeta, romancista, memorialista, educadora, feminista e abolicionista, e é através da análise e interpretação de sua obra, que encontraremos a abolicionista Nísia Floresta, e seu posicionamento frente a questão da escravidão; em grande parte de sua obra conhecida, (visto que deixou obras inéditas, não traduzidas para o português e perdidas ao longo do tempo), encontraremos idéias revolucionárias pois sua literatura é engajada e utilizada para veicular idéias a respeito da sociedade e da educação dispensada aos jovens de sua época, daí concluir que além de educadora – sua face mais conhecida e ativa no pleno sentido da palavra- e feminista ela também o foi abolicionista.

Segundo seus biógrafos, duas idéias sobre a escravidão podem ser destacadas na obra Nisiana: a primeira refere-se a igualdade das raças, tese que defende contra toda pretensão científica de provar a inferioridade moral da raça negra; a segunda diz respeito a domesticação do escravo e sua incorporação às famílias.

Sabe-se que Nísia Floresta proferiu conferências abolicionistas, por volta de 1842 embora não haja documentação fidedigna sobre o fato (Mariz,1982,p.36). A autora Ignez Sabino no conhecido *mulheres illustres do brasil*, assim testemunha o fato:

[...]”Olhando para a política e seu país ainda escravocrata, aqui em 1842, tentou (Nísia) umas conferências públicas que aliás foram concorridas pelo que de mais seletos havia. Saíram daí deslumbrados não só pela presença agradável da jovem senhora, como pela audácia de sua inteligência de primeira água ainda mais um horror para aquele tempo! ... por ousar a ilustre dama falar em abolição e em federalismo” (Duarte,1995,p130).

Não foi possível localizar as tais conferências abolicionistas e resta-nos as, referências à escravidão e a abolição encontradas em vários de seus livros e o artigo “páginas de uma vida obscura” onde aborda especificamente o problema do negro

cativo, suas convicções anti-escravistas são expressas em pelo menos três obras importantes: "Opúsculo humanitário" (1853). Uma coletânea de 62 artigos assinados B. A. (uma das várias formas de Nísia assinar seus artigos) com 178 páginas, é uma obra pedagógica sobre a educação da mulher, apresenta as concepções da autora, refletindo suas legítimas inquietações a respeito do sistema sócio-econômico brasileiro, ainda estruturado na base da escravidão, onde uma educação livre e digna não seria possível para juventude e para a mulher brasileira numa sociedade marcada pela escravatura brasileira; nesta obra Nísia Floresta aborda a questão da escravidão do ponto de vista da influência negativa sobre a educação das crianças e os hábitos domésticos.

[...] Todo o serviço do interior das famílias sendo feito entre nós por escravos, a menina acha-se desde a primeira infância cercada de outras tantas perniciosas lições, quanto são as ocasiões em que observa os gestos, as palavras e os atos dessa infeliz raça, desmoralizada pelo cativo e condenada à educação do chicote (Duarte, 1995, p. 135)

Uma segunda obra onde Nísia trata da abolição é "*Scintille d'un anima brasileira*" (1853), um conjunto de cinco trabalhos em prosa: "*O Brazil*"; "*O abismo sob as flores da civilização*"; "*A mulher*"; "*Viagem magnética*"; "*Um passeio aos jardins de Luxemburgo*". Esse conjunto traz um ensaio sobre a mulher e outro sobre o Brasil, em *Il Brasile* "Nísia, com intenções didáticas descreve as belezas do seu país e faz um resumo da história das principais lutas nacionais pela libertação (inconfidência mineira; independência e as revoluções de 17, 24 e 48) ao mesmo tempo que critica a colonização portuguesa. Os dois ensaios expressam o patriotismo romântico da sua autora, através do seu desejo de divulgar as grandezas do Brasil, e marcam mais um momento da luta que ela trava em favor da reabilitação moral e cívica da mulher no Brasil. Uma terceira obra onde encontra-se a posição anti-escravocrata de Nísia Floresta é "*Trois ans Italie Suivis d'un Voyage em Grece*" escrito em dois volumes o primeiro em 1864 e o segundo, por ocasião de sua residência na Itália. Nísia tem oportunidade de debater os problemas políticos e sociais italianos, enquanto acontecia

a revolução pela independência, e desde as primeiras páginas de *"trois ans Italie suivis d'un Voyage em Grace"* aparece o apelo humanitário a favor dos cativos:

[...] Ó minha pátria querida, éden desse mundo imenso e extraordinário, reaparecido ao olhar deslumbrado de Colombo, deixa, ah! Deixa livremente explodir de teu nobre peito o grito humanitário, que sufocas penosamente, por força dos deploráveis preconceitos transmitidos por teus antigos dominadores de além-mar! Sê conseqüente com as instituições livres que te regem, com a religião que professas; quebra, oh! Quebra os grilhões de teus escravos! (Câmara, 1941, p74).

Ainda na mesma obra afirma que: "a escravidão é a "vergonha da civilização moderna" e os europeus deviam envergonhar-se de por sua inteligência a serviço da violação das leis mais santas da natureza e da moral, e de acorrentar seu semelhante em uma escravidão perpétua", a autora escapa do etnocentrismo europeu e faz reflexões críticas que bem demonstram o quanto seu espírito estava aguçado às injustiças do preconceito racial, cometidas em nome de uma suposta superioridade branca.

A questão da abolição aparece em quase toda a obra de Nísia floresta, porém ela escreveu uma obra tratando especificamente do assunto, *"Páginas de uma Vida Obscura"* surgiu em *O Brasil Ilustrado* em 1855 dividido em nove edições do jornal na seção intitulada variedades: a partir da história da vida de um escravo, existe a intenção de realizar um texto útil para a leitor refletir sobre o problema do escravo e o tratamento dispensado ao mesmo. A história se inicia em 1810 quando um menino negro de dez anos, filho único e herdeiro do chefe, é aprisionado em terras africanas e trazido como escravo para o Brasil, ao chegar é vendido a um filantropo, batizado como Domingos perde sua identidade. Ao longo da narrativa ele passa por diversos donos e diversas situações que parecem ter como único objetivo colocar à prova sua convicção religiosa e moral. A narrativa reúne também na pessoa do escravo Domingos os principais empregos do negro escravo daquele tempo. Ele trabalha na agricultura, na extração mineral, no serviço doméstico (inclusive com crianças), e atividades externas à casa; com isto, Nísia pretende mostrar a exploração da mão-de-obra escrava em todas

situações em que empregavam o negro; Ao longo da narrativa, Domingos passa por diversas situações de perdas e sofrimentos, que supera, apoiado unicamente em sua capacidade de resignação. Na construção deste personagem estão reunidas as qualidades desejadas em um escravo: disposição para o trabalho, ausência do sentimento de revolta e fidelidade sem limites ao senhor. Constância Lima Duarte analisa que ainda que no discurso de Nísia Floresta estejam contidas denúncias graves de maus tratos por parte de senhores de escravos, pode-se perceber também uma conformação do negro à condição de escravo e a aceitação do branco enquanto senhor. O texto termina por refletir, o conflito que devia estar em todo intelectual cristão daquele tempo: ao mesmo tempo em que percebe a injustiça do sistema escravocrata é proprietário de escravos e ainda não consegue pensar uma sociedade sem eles. A história de Domingos funciona quase como o pretexto para a autora desenvolver sua tese da necessidade de um relacionamento entre senhores e escravos apoiada em valores cristãos. Ela não prega aí a abolição, ainda que, em seu raciocínio ele o merecesse.

A obra de Nísia Floresta apresenta uma perfeita unidade e coerência. Os temas por ela abordados reaparecem em cada um de seus trabalhos, cruzam-se e se confrontam, afinam-se e dialogam em total harmonia, onde ação e teoria se fundem, há sempre a necessidade absoluta de justiça, a luta incessante pelas causas quase impossíveis. A ação na obra de Nísia Floresta, é a mola mestra, é a fonte impulsora que estimula e rege suas idéias. Lutar, trabalhar, agir. Com muito amor, para atingir uma aspiração era seu método de trabalho.

Introdutora das idéias feministas no Brasil, Nísia denunciava, além das discriminações de sexo, as injustas diferenças das classes sociais, o abuso de poder, a opressão, qualquer tipo de desrespeito à integridade moral do ser humano. Nísia tinha espírito intrépido e revolucionário, grandes paixões e sonhos infindos; o romantismo estava impregnado em sua palavra, em sua ideologia e em sua ação, sua alma de militante afinava perfeitamente com o clima de exaltação romântica; mesmo admirando as idéias inovadoras dos literatos e filósofos positivistas nunca conseguiu livrar-se dos padrões românticos. Nísia, como os demais poetas românticos, compreendeu sua missão civilizadora e a assumiu enquanto viveu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a revolução industrial, as transformações ocorridas na produção econômica, modificaram de forma radical as relações sociais da época transformando as relações de trabalho, a mão-de-obra escrava já não atendia aos interesses do capitalismo, como novo modelo econômico, com isso as nações já industrializadas, como a Inglaterra, passam a pressionar os países escravocratas a extinguirem a escravidão, visto que necessitavam de mercados consumidores. No Brasil, a libertação dos escravos não ocorreu por decisão voluntária dos grandes fazendeiros, muito menos foi uma dádiva da família imperial, ela foi fruto de uma grande luta popular que envolveu diretamente os próprios escravos, os setores médios da sociedade, a intelectualidade avançada e os primeiros operários organizados pela luta abolicionista, como os ferroviários. Nesta luta destacamos as sociedades abolicionistas, que fizeram a articulação entre as diversas regiões, permitindo ao movimento ter importantes vitórias no terreno legal que serviu para mobilizar setores importantes da sociedade, dando destaque ao movimento.

Neste trabalho pudemos verificar que a presença feminina na luta contra a escravidão foi ativa e bastante participativa, pois as mulheres fundaram suas próprias sociedades abolicionistas, publicaram artigos em jornais contra a escravidão, participaram de comícios e conferências abolicionistas, e escondiam escravos fugidos no interior de seus lares.

Os espaços da informação, do saber e, por extensão, do poder, foram até as primeiras décadas século XIX de âmbito exclusivo do homem, e como os trabalhos das mulheres eram omitidos nas antologias e pela História literária, costuma causar surpresa a revelação de nomes femininos que romperam obstáculos de ordem cultural, social e moral, e assinaram romances, poemas, ensaios e peças teatrais que têm o mesmo valor literário que costuma ser atribuído aos homens. A divulgação dos escritos femininos e a leitura crítica dessa produção literária estão nos permitindo estabelecer a trajetória artística, intelectual e social percorrida pelas mulheres, e sua contribuição para o desenvolvimento da literatura Norte-rio-grandense e brasileira como um todo.

O comportamento do movimento feminista na luta abolicionista causou mudança no comportamento feminino da época, pois, pouco a pouco, outras questões foram sendo tratadas nos artigos de jornais feminino como, defesa do divórcio, críticas ao casamento, luta pelo direito ao voto, etc.

Ao analisarmos a obra de Nísia Floresta, concluímos que a autora trata do assunto da escravidão do negro ao mesmo tempo que trata da escravidão da mulher, para Nísia não poder ampliar a formação intelectual da mulher era mantê-la no cativeiro da ignorância. E através de sua obra denunciou e reivindicou liberdade para ambos, sempre através da educação. Sofreu severas críticas dirigidas a seu método de ensino, avançado para época, à sua vida particular por manter-se independente do jugo patriarcal; críticas a sua obra, por fazer denúncias da espoliação do índio pelo colonizador branco (*A Lágrima de Um Caeté*, 1849); da exploração da mão-de-obra escrava (*Páginas de Uma Vida Obscura*, 1854); sobre educação (*Opúsculo Humanitário*, 1853). Toda sua obra é pontilhada de reivindicações e denúncias, da falta de educação, de liberdade, de negação aos direitos da mulher, e coloca todo o seu talento de escritora à favor destas lutas. Nísia Floresta era livre, defendeu a sua verdade, conquistou e ocupou o seu espaço em uma época na qual a mulher era apenas um objeto. Mesmo após sua morte (1885), foi criticada e chamada por uma conterrânea de "puta erudita" e que afirmou publicamente que Nísia Tornou-se "mito por ser maldita". Por outros, recebeu homenagens como o monumento erigido em Floresta (1909). Muitos adjetivos foram-lhe atribuído: leviana; mestiça; adúltera; indecorosa; mulher extraordinária; notável; monstro sagrado; adorável mito ...

A obra Nisiana de variado assunto e gênero, mostra sensibilidade e lucidez ao abordar não só a beleza da terra brasileira e de tantos países europeus por onde passeou e morou, mas a rebeldia do índio, a educação da mulher e a luta pela abolição e pelos seus direitos, mantendo um fio de coerência intelectual e demarcando, assim, um território preciso e seu, no espaço de construção da mulher Brasileira a caminho da sua emancipação cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. **O que é feminismo**. 2 ed. São Paulo:[s.n.,s.d]

AUAD, Silva. **Mulher, cinco séculos de desenvolvimento na América**. Belo Horizonte: Ed. Crez. 1999.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Divisão Européia do Livro, 1967.V.1

BOUNICORE, Augusto. **Por que não uma viva à abolição da escravatura?** Disponível em www.vermelho.org.br/diário/2005/0513/0513_abolicao.asp. Acesso em 20 maio 2007.

BRAZ, Emanuel Pereira. **A abolição da escravidão em Mossoró: pioneirismo ou manipulação do fato**. Mossoró-RN: Fundação Vingt-un Rosado, 1999. (Coleção Mossoroense, Série C;v.1105).

CÂMARA, Adauto da. **História de Nísia Floresta**. Rio de Janeiro: Ed. Irmãos Potengi. 1941.

CÂMARA, Nathalie Bernardo. **Nísia Floresta: lendas e mitos**. Disponível em: www.mulher500.org.br/artigos_detalhe. Acesso em 25 set 2005.

COELHO Nelly Novaes. **Emancipação da Mulher e a Imprensa Feminista no (Séc.XIX-Séc. XX)** USP – Universidade de São Paulo. Matéria Publica em 01/122001

COELHO, Mariana. **A evolução do feminismo subsídios para sua história**. [s.n.t].

COELHO, Nelly Novaes, Disponível em <http://acd.ufrj.br>> Acesso em 10 abr 2007.

COELHO, Nelly Novaes. **A emancipação da mulher e a imprensa feminina (séc. XIX 0 Séc. XX)**. [s.n.t]

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1950-188**. RJ: Civilização brasileira, coleção retratos do Brasil, 1975.

DICIONÁRIO Mulheres do Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

DUARTE, Constância Lima. **Cartas: Nísia Floresta e Auguste Comte**. Ed. Mulheres, Florianópolis, 2002.

DUARTE, Constancia Lima. **Feminismo e literatura no Brasil**. Estudos Avançados, São Paulo, v.17 n. 49 sep/dec.2003

DUARTE, Constância Lima. **Nísia Floresta, vida e obra**, Natal: UFRN, 1995.

DUARTE, Constância Lima; CUNHA, Diva Maria. (Org). **Nísia Floresta Brasileira Augusta 1810-1885**. Natal: Sebo vermelho/ Unp, 2001.

DUARTE, Constância Lima e outras. (Org). **Mulher e literatura no Rio Grande do Norte**. (Coleção humanas e letras) NEPAM, Natal: 1994.

FALCI, Miridan knox. **Mulheres do ser tão nordestino**. In: p. 241-277

GALVÃO, João Batista. **Subsídios para a História da Abolição do cativo no Rio no Grande do Norte**. Mossoró-RN: Fundação Guimarães Duque, 1982. (Coleção Mossoroense, V. CXVI.)

GURGEL, Telma. **A liberdade é lilás**. Mossoró: [s.n.], 1999.

HAHNER, June E. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas (1850-1937)**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HAUG, Frigga **O Novo movimento feminista**. Disponível em: <http://www.edioramulheres.com.br/cartanisia.htm>

LOURO, Guacira Lopes. **Mulheres na sala de Aula**. In:p. 443 - 481.

MARIZ, Marlene da Silva, SUASSUANA. **História do Rio Grande do Norte**. Natal: Sebi vermelho, 2002.

MARIZ, ZÉLIA Maria Bezerra. **Nísia Floresta Brasileira Augusta**. Natal: Editora UFRN, 1982.

MORAES, Evaristo de A. **A Campanha abolicionista: 1879-1888**. 2ed: Brasília: da Universidade de Brasília, 1986. (Coleção temas brasileiras, 60).

MUZART, Zahidé Lupinacci (Org). **Escritoras brasileiras do século XIX**. antologia. Florianópolis: Edunisc, 1999.

MUZART, Zahidé Lupinacci. *Feminismo e literatura ou quando a mulher começou a falar*. In: MOREIRA, Maria Eunice, Maria Eunice (Org). **História da literatura, teorias e autores**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003.

NABUCO Joaquim. [Htt:// educaterra.terra.com.br/voltaire/500br/nabucuco2.htm#inicio](http://educaterra.terra.com.br/voltaire/500br/nabucuco2.htm#inicio)

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. São Paulo: Pubifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro da folha de São Paulo).

PATROCÍNIO, José do. **A campanha abolicionista**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura: Fundação Biblioteca Nacional: Departamento Nacional do Livro, [s.d]

PRIORE, Del Mary. **História das mulheres no Brasil**. 8 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

PRIORE, Constância Lima. **A literatura feminina no Brasil Contemporânea**. São Paulo: Siciliano, 1993.

ROSA, Maria; IRACI Nilza; RUFINO Alzira. **Mulher negra tem história.** [s.p. s.n.].1987.

SCOTT, Joan. História das mulheres. **A escrita da História.** [s.n.t.]

SHUMAHER, Shumahr.XIII. **Encontro Nacional Feminista.** [s.l: s.n.]. 2000.

SILVA, Aildes Celestina da. **Mulher Negra, cinco séculos de américa mulher afro-brasileira.** Belo Horizonte: Ed. Crez. 1999.

SILVA Benedita da. **Nós mulheres negras.** [s.n.t.].

SOIHET, Raquel. História das mulheres. **Domínios da história.** Rio de Janeiro: Ed. Campus editora, 1997.

TELLES, Norma. **Escritoras, escritas, escrituras.** In: p. 401-442

Sites:

[www.arte.unb.br \(women/histor.html\)](http://www.arte.unb.br/women/histor.html)
www.casadeculturadamulhernegra.org.br
[www.edtoramulheres.com.br / improssora.htm.](http://www.edtoramulheres.com.br/improssora.htm)
[www.Fundg.gov.br.](http://www.Fundg.gov.br) (b.virtual mulher)
www.pco.org.br/mulheres personalidades
www.rnsites.com.br/sites-rn-nizia-floresta.htm
www.amulhernaliteratura.ufsc.br
[www.UFPA.br / eletras/germana.thm](http://www.UFPA.br/eletras/germana.thm)
<http://acd.ufrj.br>

ANEXOS

zites

Bibliografia de Nísia Floresta, por ordem de publicação

Direito das mulheres e injustiça dos homens, por Mistrii Godwim. Tradução livre do Francês por Nísia Floresta Brasileira Augusta. 1ª ed. Recife: Typographia fidedigna, 56 p., 1833.

Direito das Mulheres e Injustiça dos Homens, por Mistriss Godwi. Trad. Livre do Francês por Nísia Floresta Brasileira Augusta. 2ª ed. Porto alegre: Reimpresso na Tupographia de V. F. Andrade p., 1833.

Direito das Mulheres e Injustiça dos Homens, por Mistriss godwim, trad. Livre do de Nísia Brasileira Augusta. 2ª ed. Rio de Janeiro: 1839

Conseljos à Minha Filha, por N. F. B. Augusta. 1ª ed., rio de Janeiro: Typographia de J. E. S. Cabral

Conselhos à minha filha, com 40 Pensamentos em versos. Por N. F. B. Augusta 2ª ed. Rio de Janeiro: Typographia Paula Brito, 40 p., 1845

Fany ou a Jovem completa. Historieta oferecida a suas educandas. Por Nísia Floresta Brasileira augusta. Em 8 de abril de 11847. 1ª ed. Rio de Janeiro: Colégio Augusto, 1847.

Daciz ou a Jovem Completa. Historiete oferecida a suas Educandas. Rio de Janeiro: Typographia de f. de Paula Brito, 15p., 1847.

Discurso que as suas Educandas Dirigiu á Nísia floresta, em 18 de dezembro de 1847. Rio de Janeiro: Typographia Impaecial de F. de Paula Brito, 6 p., 1847.

A Lágrima de um Caeté, por Tellesila. 1ª ed., rio de Janeiro: Typographia de L. A. F. Menezes, 39 p., 1849.

A Lágrima de um caeté, por Telesilla. 2ª ed., Rio de Janeiro: Rypographia de L. A. F. Menezes, 39p., 1849.

Dedicação de um Amiga. (Romance histórico). Por B> A> 2 volumes. Niterói: Typographia Fluminense de Lopes & Cia, 158 e 160 p., 1850.

Opúsculo Humanitário. Por B>A> rio de janeiro: Typographia de M. A. da Silva Lima, 178 p., 1853.

Páginas de uma vida Obscura; Um Passeio ao Aqueduto da Carioca: O Pranto Filial. Rio de Janeiro: Typ. de N. Lobo Vianna, 1854.

Itinerare d'um Voyage em allemagne. Par Mme. Floresta A. Brasileira. Paris: Firmin Diderot Frères et Cie, 216 p., 1857.

Consigli a mia figlia. 2ª ed. Mandovi: 1859.

Scintille d'um Anima brasiliana. Di floresta Augusta Brasileira. Firenze: tipografia Barbera, Bianchi & C. 85 p., 1859.

Conseils a ma fille. Par Brasileira Augusta. Traduit de l'italien par B.D.B. Florence: Impr. Du Monier, 51 p., 1859.

Trois Ans en Italie, Siuvis d'um Voyage en Grace. Par Une Brésiliènne. 1º vol. Paris: Libraire E. Dentu, 292 p., 1864.

Le Lagrime d'um Caeté. Tradotto da ettore Marcucci. Firenze: Lê Monier, 1860.

Woman, By F. Brasileira augusta. Translated from the italian, by Lívia A. de Faria. London: Prited by G. Parker, Little St. Andrew Street, Upper. St. Martin's Lane, 1867.

Parsis. Paris: 1867.

Le Brrésil. Par Mme. Brasileira Augusta. Paris: Libraire André sagnier, 49p., 1871.

Trois ans em Italie, Suivis d'um Voyage em Gréce. Par Une Brésiliènna. 2º vol., Paris: E. Dentu Libraire-Éditeur et Jeffes, Libraire A. Londres, 1871 (ou 1872).

Fragments d'um Ouvrade Inédit. Notes biographiques. Paris A. Chérié, edteur, 111 p. 1878.

Colaboração em Jornais

"passeio ao Aqueduto da Carioca", por B. Augusta. *O Brasil Ilustrado*, Rio de Janeiro, em 15/07/1855, p. 68,69 e 70.

"Páginas de uma Vida Obscura", por B.A. *O Brasil Ilustrado*, Rio de Janeiro, em 14/03, 31/01, 15/04, 30/04, 15/05, 31/05, 15/06 e 30/06 de 1855.

"um improviso, na manhã de 1º do corrente, ao distinto literato e grande poeta Antônio Feliciano de Castilho". Por B. Augusta. *O Brasil Ilustrado*, 30/04/1856, p. 157.

"O pranto filial", por B. A., escrito em dezembro de 55. *O Brasil ilustrado*, em 31/03/1856, p. 141 e 142.

Edições Póstumas

Auguste comte et Mme. Nísia Brasileira (correspondance). Paris: Libraire Albert Blanchard, 1929.

Fanny ou o Modelo das donzelas. In OSÓRIO, Fernando. *Mulheres Farroilhas*. Porto Alegre: Editora globo, 1953.

A Lágrima de um Caeté. In. *Revista dos academias de Letras*. Apresentação da Modesto de Abreu. Rio de Janeiro: Janeiro de 1938.

Itinerário de uma viagem à Alemanha. Nísia Floresta. Tradução de Francisco das chagas Pereira. Natal: editora Universidade, 1982.

Opúsculo Humanitário. Nísia Floresta. Introdução e Notas de Peggy Sharpe-Valadares. São Paulo: Cortez Editora, 1989.

Direito das Mulheres e Injustiça dos Homens. Nísia Floresta Brasileira Augusta. 4ª ed. Introdução, Notas e Posfácio de Constância Lima Duarte. São Paulo: Cortez Editora, 1989.

Paris, terça-feira 8 de Bichat de 68
[9 de dezembro de 1856]

Minha Senhora,

Na presunção de já ter lido o volume inicial que se dignou aceitar recentemente, devo agora completar a homenagem, enviando-lhe, com esta, três outros tomos da minha obra principal.

Respeito e simpatia

Auguste Comte

P.S.: Minhas afetuosas homenagens à sua digna filha.

Cópia do envelope:
A Madame Brasileira,
11, rue d'Enfer, Paris. (avec trois volumes)

Paris, 17 dezembro de 1856
[Recebida em 16 Bichat de 68]
[Resposta no dia seguinte]

Senhor,

No dia em que o senhor teve a bondade de me enviar continuação de seu preciso *sistema de política positivista*, eu havia saído para visitar uma de minhas compatriotas que estava doente e acaba de morrer em Paris, deixando filhos e um marido inconsolável!

A morte, esta cruel inimiga de sua felicidade, o senhor sabe, não respeita nem virtude, nem juventude; a que ela acaba de subtrair possuía as mais brilhantes delas.

Esta morte me tocou tanto mais quanto lontro, exposta à mesma sorte, em condições muito menos vantajosas que aquelas em que se encontrava a excelente mulher hoje tão pranteada pelos que a cercaram em seus últimos momentos de vida.

A dor é simpática aos corações que as experimentaram tão forte quanto o meu!

Desculpe, senhor, se o entretenho com um assunto tão triste; mas creio haver julgado bem seu coração para não achar fora de propósito escrever-lhe algumas palavras sobre a infelicidade de um de meus semelhantes.

Minha querida filha muita se sensibilizou com sua amável lembrança; ele me pede que lhe transmita a expressão do profundo respeito e da grande admiração que ela tem pelo senhor.

Espero que meu espírito se refaça um pouco mais dos abalos que tem sofrido desde há muito tempo, para que eu possa melhor estudar seu sublime *sistema* cujo os felizes resultados abrirão à humanidade uma nova fonte de bem-estar. Enquanto espero, permito-me, senhor, invocar a lembrança do anjo que teve, sobre sua vida, uma tão salutar influencia, para lhe assegurar que nenhum outro coração no mundo lhe é mais simpático que o meu.

Brasileira Augusta.

P.S.: Anexo a soma, não aquela que eu gostaria, mas a que no momento possa oferecer à sociedade, em nome de uma anônima.

CARTA DA PRINCESA ISABEL PARA O VISCONDE DE SANTA VITÓRIA
(o Visconde de Sta. Vitória foi sócio do Visconde de Mauá)

Em 11 de agosto de 1889

(três meses antes do golpe de Estado que deu origem à República)

Caro Sr. Visconde de Santa Vitória

Fui informada por papai que me colocou a par da intenção e do envio dos fundos de seu Banco em forma de doação como indenização aos ex-escravos libertos em 13 de maio do ano passado, e o sigilo que o Sr. Pediu ao presidente do gabinete para não provocar maior reação violenta dos escravocratas. Deus nos proteja se os escravocratas e os militares saibam deste nosso negócio, pois seria o fim do atual governo e mesmo do Império e da casa de Bragança no Brasil. Nosso amigo Nabuco, além dos senhores Rebouças, Patrocínio e Dantas, poderão dar auxílio a partir do dia 20 de novembro quando as Câmaras se reunirem para a posse da nova Legislatura. Com o apoio dos novos deputados e os amigos fiéis de papai no Senado será possível realizar as mudanças que sonho para o Brasil! Com os fundos doados pelo Sr. Teremos oportunidade de colocar estes ex-escravos, agora livres, em terras suas próprias trabalhando na agricultura e na pecuária e delas tirando seus próprios proventos. Fiquei mais sentida ao saber por papai que esta doação significou mais de 2/3 da venda dos seus bens, o que demonstra o amor devotado do Sr. Pelo Brasil. Deus proteja o Sr. E toda a sua família para sempre!

Foi comovente a queda do Banco Mauá em 1878 e a forma honrada e proba porém infeliz, que o Sr. E seu estimado sócio, o grande Visconde de Mauá aceitaram a derrocada, segundo papai tecida pelos ingleses de forma desonesta e corrupta. A queda do Sr. Mauá significou uma grande derrota para o nosso Brasil! Mas não fiquemos mais no passado, pois o futuro nos será promissor, se os republicanos e escravocratas nos permitirem sonhar mais um pouco. Pois as mudanças que tenho em mente, como o senhor já sabe, vão além da liberação dos cativos. Quero agora dedicar-me a libertar as mulheres dos grilhões do cativeiro doméstico, e isto será possível através do **Sufrágio Feminino!** Se a mulher pode reinar também pode votar!

Agradeço vossa ajuda de todo meu coração e que Deus o abençoe! Mando minhas saudações a Madame la Viscomtesse de Santa Vitória e toda a família.

Muito d. coração
Isabel

**Mausoléu
construído em
memória de
Nisia, próximo
à sua antiga
casa no sítio
Floresta, onde
se encontram
seus restos
mortais.**

VLADIMIR ALDASORO



NÍSIA FLORESTA BRASILEIRA AUGUSTA

